

Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos¹

José D'Assunção Barros*

Este artigo discute a relação entre historiadores e fontes históricas, abordando a expansão documental que ocorre na historiografia a partir do século XX. Em um segundo momento, considera-se as metodologias de tratamento intensivo e dialógico de fontes históricas. Entre outros aspectos abordados no artigo, discute-se leitura das diversas vozes sociais presentes em textos e conjuntos documentais que podem ser tratados como ‘fontes polifônicas’. Além disto, o conceito de alteridade, e também a interdisciplinaridade com outros campos de saber, como a Antropologia, são propostos como particularmente importantes para a constituição de uma historiografia dialógica.

Palavras-Chave: Fontes dialógicas, fontes intensivas, Metodologia.

This article discusses the relation between historian and historic resources, considering the expansion of resources in the historiography since the XX century. In a second moment,

O debate sobre as “fontes históricas” remete-nos a um dos dois fatores que constituem a mais irreduzível singularidade da História como campo de conhecimento. De fato, se por um lado a História pôde um dia ser definida por Marc Bloch, nos anos 1940 como a “Ciência que estuda o Homem no tempo”, a obrigatoriedade do uso de “Fontes Históricas” pelo Historiador, como único meio de atingir diretamente este homem que se inscreve no Tempo, é certamente o segundo fator inseparável do conhecimento histórico. A ‘centralidade da dimensão temporal’, neste tipo de conhecimento que

¹ Texto apresentado na 3ª Semana de História: *História, Cultura e Linguagens*. Centro Universitário de Aquidauana/UFMS, 9 - 13.11.2009.

* Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Autor dos livros *O Campo da História* (2004), *O Projeto de Pesquisa em História* (2005), *Cidade e História* (2007), e *A Construção Social da Cor* (2009), todo publicados pela Editora Vozes. jose.assun@globo.com

they are considered the methodologies for intensive and dialogical treatment of historical resources. Among other aspects approached in the article, it is discussed the lecture of several social voices presented in texts and documents that can be treated as ‘polyphonic resources’. Besides this, the concept of alterity, and also

the interdisciplinary with other fields of knowledge, as the Anthropology, are proposed to be of particular interest for the constitution of a dialogic historiography.

Keywords: Dialogical resources, Intensive Resources, Methodology

é a História, e a ‘utilização das Fontes’, pelo Historiador que o produz, são precisamente os dois fatores que fazem com que a História possa ser distinguida de qualquer outro campo de saber.

Começaremos por lembrar que Seignobos, em um manual escrito no início do século XX, um dia registrou uma frase que se terminou por se tornar célebre: “Sem documento não há história” (1901)². Com isto buscava situar a fonte histórica como o princípio da operação historiográfica. A frase seria contraposta, algumas décadas depois, por uma outra que seria criticamente pronunciada por Lucien Febvre: “Sem problema não há história”³. O historiador dos Annales, com isto, queria mostrar que a operação historiográfica principiava na verdade com a formulação de um problema. Seria um problema construído pelo Historiador o que permitiria que ele mesmo constituísse as suas fontes, agora deslocada para o segundo passo da pesquisa.

Hoje, decorridas muitas décadas após os primeiros “combates pela história” travados pelos historiadores dos Annales contra uma historiografia que denominaram “positivista”, pode-se perceber mais claramente que os dois elementos – o “Problema” e a “Fonte” – acham-se frequentemente entrelaçados: se o “Problema” construído pelo historiador sinaliza para algumas possibilidades de “Fontes”, determinadas fontes também recolocam novos problemas para os historiadores. Podemos pensar, a título de exemplos, nas chamadas “fontes seriais”, que permitem aos próprios historiadores formularem novos tipos de problemas que só adquirem sentido no tratamento serial da documentação, ou ainda o caso das “fontes

² SEIGNOBOS, Charles. *El método histórico aplicado a las ciencias sociales*. Madrid: Daniel Jorro, 1923 [original: 1901].

³ FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire* (1953). Paris: Armand Colin, 1965.

dialógicas”, aqui entendidas como aquelas que permitem ao historiador que sejam acessadas diversas vozes nas sociedades por ele examinadas. Os exemplos nos mostram que, se o “Problema” proposto pelo historiador permite que ele constitua suas fontes de determinada maneira, as próprias fontes históricas também devolvem algo ao historiador. Dito de outra forma, pode-se dizer que, na operação historiográfica, o sujeito que produz o conhecimento e os meios de que ele se utiliza interagem um sobre o outro, de modo que, no fim das contas, se o Historiador sempre escreve seu texto de um lugar no mundo social e no tempo, ao mesmo tempo ele mesmo pode se transformar a partir da sua própria experiência com as fontes.

Vamos lembrar aqui um interessante texto escrito por Carlo Ginzburg em 1979, com o título “Provas e Possibilidades”⁴, no qual o micro-historiador italiano chama atenção para uma questão peculiar. Embora reconhecendo que o trabalho do historiador é inicialmente direcionado por um certo “imaginário historiográfico” (tal como propôs Hayden White em *Meta-História*⁵) e também por um lugar social (tal como postula Michel de Certeau em “A Operação Historiográfica”⁶), Ginzburg esmera-se em perscrutar o fato de que o historiador também se modifica pela interatividade com relação à alteridade trazida pela documentação⁷. Vale dizer, não é apenas um determinado lugar social-institucional, e uma certa “imaginação historiográfica” – ou o seu Presente – o que dá uma direção ao trabalho do historiador. O próprio Passado, através das especificidades de sua documentação, traz ao historiador vozes com as quais ele interage, colocando-o em contato com aspectos que passam a integrar a sua própria experiência, e com elementos vários que o reconstroem como sujeito de investigação. Desta forma, a própria documentação examinada traz a sua contribuição adicional para o resultado do

⁴ GINZBURG, Carlo. “Provas e possibilidades”. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991, p. 179-202.

⁵ WHITE, Hayden. *A meta-história – a imaginação histórica no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1972 [original inglês: 1973].

⁶ CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfico”. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65-119 [original: 1974].

⁷ GINZBURG, Carlo. “O inquisidor como antropólogo”. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1994, p. 196. [original: The inquisitor as anthropologist: na analogy and its implications. In: *Class, Myths and the historical method*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1989].

trabalho historiográfico não apenas como objeto que se configura em testemunho ou discurso de sua época, mas também abrindo certos caminhos de compreensão e, para além disto, enriquecendo mesmo, como experiência, o próprio historiador que se vê modificado no momento mesmo inicial da pesquisa.

Estas questões são importantes, e ao final da palestra voltaremos a elas. As fontes históricas, além de permitirem que o historiador concretize o seu acesso a determinadas realidades ou representações que já não temos diante de nós, permitindo que se realize este “estudo do homem no Tempo” que coincide com a própria História, também contribui para que o historiador aprenda novas maneiras de enxergar a história e formas de expressão que poderá empregar em seu texto historiográfico. Neste momento, conforme discutiremos no final desta palestra, estabelece-se uma misteriosa possibilidade de contato entre as fontes que instauram a pesquisa e o texto final que o historiador oferece ao seu leitor. Lidar com variedades de fontes históricas, veremos adiante, também instrui o historiador acerca de diferentes e novas possibilidades de expressão – uma questão que cada vez mais tem sido abordada nos tempos recentes. É assim que, ao passo em que foi descobrindo novas possibilidades de fontes históricas, o historiador também viu-se diante de novas possibilidades teóricas e expressivas: são apenas alguns exemplos o “olhar longo” da História Serial, a “escrita polifônica” das fontes dialógicas, o “olhar microscópico” proporcionado por fontes intensivas como os processos-criminais, ou mesmo a “escrita cinematográfica” que pôde ser assimilada por aqueles que estudam o Cinema

Mas antes de chegar a estas questões mais recentes, principiemos discutindo algumas questões fundamentais para a compreensão da “revolução documental” que ainda não cessou de ocorrer na historiografia desde que a história passou a se postular como uma historiografia científica. Abordaremos, a seguir, alguns aspectos que na verdade estão interligados: a ‘expansão documental’, a multiplicação de metodologias e abordagens das fontes históricas, sobretudo a partir do século XX, e a crescente explicitação do diálogo com as fontes no texto historiográfico.

Expansão Documental

Já é lugar comum dizer que o século XX conheceu uma extraordinária expansão na possibilidade de tipos de fontes históricas disponíveis ao historiador. A expansão documental começa com a gradual multiplicação de possibilidades de fontes textuais – isto é, fontes tradicionalmente registradas pela escrita – e daí termina por atingir também os tipos de suporte, abrindo para o historiador a possibilidade de também trabalhar com fontes não-textuais: as fontes orais, as fontes iconográficas, as fontes materiais, ou mesmo as fontes naturais. Com o desenvolvimento de novas tecnologias, pergunta-se se já não teremos em pouco tempo um número significativo de trabalhos também explorando as fontes virtuais.

De certo modo, a história da historiografia tem conhecido duas expansões paralelas no universo das fontes historiográficas: de um lado, as fontes textuais, que sempre foram tão amplamente empregadas pelos historiadores, começam a se diversificar; de outro lado, pode ser percebido um contraponto importante que é o da expansão das fontes com novos tipos de suporte. Concentremo-nos por hora no esforço de mostrar a complexidade que abarca a expansão das possibilidades de fontes textuais. O ‘Quadro 1’ procura registrar visualmente esta expansão: na verdade uma expansão que termina por se voltar sobre si mesma. O esquema visual parte de algumas das fontes que, um tanto impropriamente, chamaremos de ‘fontes realistas’ (1) – que são aquelas que se apresentam aos historiadores como discursos narrativos que tentam prestar conta de acontecimentos que se deram realmente, ou que então tentam convencer os seus leitores da natureza real do objeto de suas narrativas. Dos relatos de natureza historiográfica aos relatos de viagem, passando pelas hagiografias, crônicas e biografias, neste tipo de fontes costumava se concentrar o trabalho dos historiadores até o século XIX.

Então, podemos dizer que ocorrerá a primeira revolução documental da historiografia – ou, se quisermos, a primeira fase de uma revolução historiográfica que mais adiante teria, no século XX, o seu segundo tempo. O século XIX, efetivamente, introduz o trabalho dos historiadores – para além das fontes que já eram utilizadas anteriormente – no mundo dos arquivos que começam a ser montados por toda a Europa em um monumental esforço incentivado pelos governos nacionais. Os ‘Documentos Políticos’ (2) – notadamente da “grande história política” – os ‘documentos diplomáticos’ relacionados à intrincada dialética da Guerra e da

Paz (3), a documentação governamental (4), com suas leis e atos governamentais diversos, passarão a constituir a base do trabalho do historiador, que começa a desenvolver as suas primeiras técnicas de crítica documental. Por muitos dos historiadores oitocentistas, estas fontes serão tratadas sobretudo como depósitos de informações. De todo modo, pode-se dizer que a Crítica Documental tornou-se uma contribuição inestimável desta interação entre o historiador e as fontes político-institucionais. Com elas, o historiador aprendeu o “olhar meticoloso” tão precioso para a prática historiográfica.

Uma segunda revolução documental inicia-se nos anos 1930. Ou, se quisermos, podemos dizer que o universo das fontes históricas começa a se expandir novamente. Para além das fontes já acumuladas pela revolução documental anterior, a multiplicação de objetos históricos – agora concentrada sobretudo em aspectos sociais e econômicos – permitirá que alguns setores da historiografia comecem a centrar a sua atenção nos documentos administrativos (5), comerciais (6), eclesiásticos (7), cartoriais (8); fontes que logo seriam exploradas pelos historiadores a partir de uma nova abordagem, serial ou quantitativa. Na França, um país cuja historiografia exerceu grande influência sobre a historiografia brasileira, é conhecido o papel que a “história serial” exerceu até os anos 1970. Um inquestionável fruto colhido pela historiografia ao entrar em contato com as fontes seriais, mas também presente nas diversas modalidades historiográficas que passaram na mesma época a trabalhar com a “longa duração”, foi um novo tipo de olhar sobre a história: esse “olhar longo” que se estende sobre a “série documental” ou sobre grandes extensões de tempo ou de espaço e que, a partir daí, aprimora-se na habilidade de identificar permanências, de perceber ciclos, de avaliar pequenas variações no decurso de uma série de dados. O “olhar longo” junta-se assim ao “olhar meticoloso”, de modo que o historiador torna-se aqui um pouco mais completo.

Novos métodos costumam sempre acompanhar cada expansão no universo de fontes historiográficas. Quando assistimos nos anos 1980 a um crescente interesse dos historiadores pelas fontes jurídicas (9) e policiais (10) – a exemplo dos processos-crime e da documentação de inquisição – logo os historiadores aprendem a tirar um máximo partido destas fontes que são ao mesmo tempo intensivas – isto é, extraordinariamente ricas de detalhes – e dialógicas, no sentido de que são espaços de manifestação para muitas vozes sociais. Surge tanto uma escrita da

história polifônica, voltada para a explicitação das várias vozes sociais, como também a Micro-História – uma modalidade historiográfica que se mostra pronta a mergulhar no projeto de enxergar grandes questões sociais a partir de uma escala de observação reduzida, porém com um olhar intensivo, que aproxima o historiador do olhar do detetive ou do criminalista que investigam indícios, mas também do médico que tenta enxergar a grande doença por trás dos pequenos sintomas. Vamos denominar a este novo olhar que se oferece aos historiadores dos anos 1980 de “olhar interior”, pois se ele é um olhar capaz de captar os detalhes mais reveladores, é também um olhar capaz de apreender a complexidade interna das realidades examinadas, além de captar a polifonia interna que se oculta em todas as formações sociais. Mais uma vez o historiador desenvolve a sua completude: o “olhar meticuloso”, o “olhar longo” e o “olhar interior” agora se integram como possibilidades para a constituição de uma historiografia mais plena.

As últimas conquistas, talvez sob a égide de uma historiografia que traz para o centro do cenário histórico o mundo da Cultura – estão nas fontes que se relacionam à vida privada (11) e a todos os tipos de literatura (12). Também não é por acaso que, em um mundo que é invadido pelo discurso, intensifique-se nesta mesma época a interdisciplinaridade com a Linguística, a Semiótica e as Ciências da Comunicação, oportunizando aos historiadores novas metodologias de análise textual e discursiva que hoje já se tornaram patrimônio da historiografia contemporânea. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que, de alguma maneira, o historiador também conseguiu incorporar com estas novas experiências um certo “olhar estético”. A si mesmo, começou a se perceber como literato, e muitos passaram a buscar aprimorar novas formas de expressão na elaboração do seu texto historiográfico, conforme mais adiante discutiremos.

Tal como já assinalamos, um esquema como o que estamos tentando representar a complexidade das fontes históricas não pode ser senão circular: uma figura que se desdobra sobre si mesma. As fontes narrativas realistas (1), das quais partíramos, oferecem nos anos 1980 novas incorporações através dos jornais, e o chamado retorno da história política permite que os historiadores também incorporem, às fontes políticas (2) com as quais já lidavam, a documentação de partidos políticos e os discursos proferidos nestes mesmos ambientes.

As ampliações no universo de possibilidades das fontes textuais, já o dissemos, são acompanhadas de um movimento paralelo. Se os historiadores haviam

começado a diversificar as suas fontes textuais, desde princípios do século XX, também começam a ser exploradas em um ritmo crescente as fontes com novos tipos de suporte. As imagens, por exemplo, deixariam de ser apenas objetos temáticos para os historiadores que já se interessavam pela História da Arte, e passaram a ser também fontes para historiadores interessados em chegar todo o tipo de questões sociais, econômicas e políticas através das fontes iconográficas. A História Oral, também nos anos 1980, conquista o seu lugar no campo da historiografia, e reaviva mais uma vez um diálogo com a Antropologia, com a qual a História já havia estabelecido tantas vagas de contatos interdisciplinares.

Poderíamos também seguir adiante na enumeração de conquistas historiográficas relacionadas às fontes não-textuais: os arquivos sonoros, o Cinema, a cultura material e mesmo as fontes naturais – aqui entendida como a natureza interferida pelo homem – abrem-se como novas possibilidades. Podemos hoje nos perguntar pelas fontes virtuais. Como os historiadores passarão a trabalhar com este tipo de fontes?

O exemplo das fontes intensivas

Trataremos, em seguida, de um exemplo muito específico entre as abordagens de fontes históricas trazidas pelos tempos mais recentes. O exemplo permitirá examinar, exemplificativamente, como o trabalho com um novo tipo de fontes, e a partir de uma nova abordagem (no caso a chamada “redução da escala de observação”) terminou por permitir que os historiadores não apenas experimentassem novas formas de ver a história como também novas maneiras de elaborar o seu texto historiográfico. Trataremos aqui da abordagem micro-historiográfica relacionada às possibilidades de tratamento intensivo das fontes, ou ao seu modo peculiar de ler aqueles indícios a partir dos quais buscar-se-á construir uma realidade historiográfica e interpretá-la. O modo de tratar as fontes que predomina na Micro-História, de fato, é aquele que Ginzburg chamou de “paradigma indiciário”⁸. Implica também naquilo que se denomina ‘análise intensiva’ das fontes. Logo

⁸ GINSBURG, Carlo. “Raízes de um paradigma indiciário”, in: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia de Letras, 1990, p. 143. (original: 1986).

veremos que, para lidar com estas novas fontes e abordagens, o historiador precisou desenvolver novos talentos em si mesmo: o “talento do investigador criminal” e o “talento do psicanalista”.

Uma vez que deseje ou precise empreender uma análise intensiva de suas fontes, o historiador deve estar atento a tudo, sobretudo aos pequenos detalhes. Uma vez que em diversas ele estará trabalhando ao nível da realidade cotidiana, das trajetórias individuais, das estratégias que circulam sob uma extensa rede de micro-poderes na qual os atores sociais revelam-se em toda a sua humanidade possível, deve estar preparado concomitantemente para as contradições que irá enfrentar.

O ser humano só não é contraditório quando se reveste da formalidade pública ou privada, quando se esconde por trás de documentos oficiais, quando oferece ao público coerentes declarações públicas; ou então quando ele se transforma em um número na documentação explorada pela História Serial de cunho quantitativo. O ser humano também perde as suas ambigüidades, as oscilações e tateamentos que se integram à sua vida individual e intersubjetiva quando se incorpora a uma multidão.

A multidão é espontânea; vista de fora e de cima ela realiza atos unidirecionais: avança para invadir um palácio de governo ou foge diante da polícia até que se dispersa e deixa de ser multidão; unifica-se no aplauso ou na vaia a um político ou a um artista (ao ouvi-la de longe, um espectador irá ignorar que possivelmente existem ali vozes minoritárias que silenciam ou aplaudem enquanto a maioria vaia, de modo que este se torna o ruído aparentemente unidirecional da multidão). Ao contemplarmos uma multidão em disparada, visualizamos um movimento homogêneo em uma única direção, e só perceberemos os indivíduos que caíram e foram pisoteados quando a multidão se afasta e deixa um clarão atrás de si; ou então se apontarmos para o meio do tumulto uma câmera dotada de objetiva, que é mais ou menos o recurso, metaforicamente falando, utilizado pelo micro-historiador.

Quando um indivíduo é focalizado na sua trajetória individual, nos seus gestos cotidianos, agindo sob pressão em certas circunstâncias, negociando a sua vida diária e o direito de prosseguir no seio de determinada comunidade ou ambiente social, escalando as suas oportunidades no emprego ou desviando-se dos

outros para evitar entrechoques definitivos, ou para reafirmar aqueles que são inevitáveis quando isto lhe convém ... nestes momentos o indivíduo mostra-se humano em suas ações, experimentador, oscilante, ambíguo, com direito a ser contraditório, a refazer o seu caminho, a mentir, a se esquivar, a se arrepender das suas ações. Para inserir-se nas múltiplas redes de solidariedades deverá ser contraditório, poderá fazer inimigos ao se tornar amigo de um outro, ou poderá conquistar o direito de se tornar simultaneamente amigo de dois inimigos administrando bem estas tensões.

Colocado na situação-limite de ser acusado de um crime, de ser inquirido por um inquisidor, ou mesmo de ser convocado como testemunha (quando terá de se pronunciar sobre algo que poderá afetar o grupo ou outros de seu campo de solidariedades) o indivíduo poderá ver potencializada ainda mais o seu caráter contraditório. Se a situação-limite envolve vários indivíduos, cada qual mergulhado na sua intersubjetividade e no seu circuito de ambigüidades pessoais, temos adicionalmente uma rede dialógica, polifônica, na qual estarão expressas diversas vozes a serem decifradas.

Muitas vezes, o historiador que trabalha com este nível humano mais imediato, mais sublunar, precisará de uma argúcia especial. Pode ser que encontre as respostas nos detalhes aparentemente secundários, nos elementos que habitualmente são pouco percebidos (e que por isto mesmo são menos sujeitos a falseamentos). O criminoso na maior parte dos casos é apanhado a partir dos pequenos detalhes, já que os elementos que ele considera mais importantes são cuidadosamente ocultados após a execução do crime. Da mesma forma, um psicanalista vai decifrando a personalidade do seu paciente, que inevitavelmente irá mentir, a partir dos pequenos gestos, das hesitações de fala, das expressões que deixa escapar, dos atos falhos. Os pequenos gestos inconscientes e involuntários, para ele, serão muito mais eloqüentes do que qualquer atitude formal. Profissões como a de investigador policial ou de psicanalista (investigador de almas) pouco valeriam se aqueles que a elas se dedicam não fossem capazes de extrair a informação primordial do pequeno detalhe que normalmente passa despercebido para os homens comuns. Vislumbramos, aqui, um novo modelo de investigação da realidade: o do micro-analista.

Os exemplos abundam na Literatura, que parece tê-los descoberto antes da Ciência. Modelo de micro-analista impecável é, por exemplo, um dos persona-

gens do filme “O Silêncio dos Inocentes” – o psicanalista-canibal que é capaz de avaliar a origem de um indivíduo pelo seu sotaque, o seu estado de ânimo pelo ritmo respiratório, e que é capaz de ler as contradições entre um sapato caro e um “andar caipira”, entre um modo de falar e o gesto que o acompanha. Outro micro-analista arguto, este citado por Carlo Ginzburg em seu artigo sobre “o paradigma indiciário”⁹, é certamente Sherlock Holmes – o famoso detetive inventado pelo escritor Conan Doyle. O detetive inglês era capaz de descobrir o autor de um crime apenas com base em indícios imperceptíveis para a maioria, incluindo entre suas habilidades desde a de interpretar pegadas na lama até a de decifrar metodicamente as cinzas de um cigarro – sem contar as habilidades psicanalíticas de enxergar a alma humana através do corpo, das quais se revelava possuidor ao decifrar rostos ou mesmo ao desvendar origens sociais e naturalidades a partir do discurso das vestimentas. Sherlock Holmes, enfim, era capaz de identificar e de conectar indícios aparentemente isolados para elaborar deduções magníficas.

O ancestral comum a Sherlock Holmes e ao psicanalista-canibal de “O Silêncio dos Inocentes” é certamente o célebre personagem de Voltaire chamado Zadig (1994), que não raro se metia em apuros por causa de sua inacreditável capacidade de enxergar o que ninguém via. Não satisfeito em identificar a espécie e o gênero de uma cadela que nunca vira, apenas a partir dos traços e pegadas que ela havia deixado na areia, Zadig ainda era capaz de perceber que ela manquejava de uma das pernas, já que as impressões deixadas na areia por uma das patas eram menos fundas do que as das outras três! Os exemplos abundam nesta obra ficcional de Voltaire, que constitui muito mais do que uma história curiosa. O que o filósofo iluminista estava sugerindo através de seu personagem era na verdade um novo paradigma de investigação que poderia ser aplicado não apenas na vida cotidiana, como também nas várias esferas do saber. Mas o desenvolvimento pleno deste “paradigma indiciário”, tal como o chamou mais tarde o micro-historiador italiano Carlo Ginzburg, ficaria a cargo dos séculos seguintes.

Aonde estes modelos nos levam? Em primeiro lugar, o micro-historiador que trabalha “ao rés do humano” tem que ter um pouco de Zadig, de Sherlock Holmes, ou do psicanalista-canibal que devora almas. Quando ele lida com fontes de natureza dialógica, como os registros de inquisição ou como os inquéritos policiais, por

⁹ Idem.

vezes terá de “espionar por cima dos ombros do inquisidor”, como dizia Ginzburg¹¹, já que tanto o historiador como o inquisidor irmanam-se na intenção de empreender uma análise intensiva dos materiais que têm à sua disposição – o inquisidor contando com os contraditórios depoimentos orais de réus e testemunhas, o historiador tendo à sua disposição apenas o registro escrito destes depoimentos orais, já filtrados pela primeira percepção do inquisidor. De igual maneira, ao examinar como fonte um inquérito policial, o historiador ver-se-á tentado a espionar por trás dos ombros do delegado, mas munido da consciência de que o próprio delegado é mais uma das vozes contraditórias que se juntam ao processo.

Abre espaços para inúmeras complexidades a ‘situação-limite’ de um crime que dará origem a um processo – no qual será investigado um suspeito, depois transformado em acusado e finalmente em réu, e no âmbito do qual serão ouvidas testemunhas que poderão ser simpáticas, neutras ou hostis ao acusado. Digno de nota é o fato de que os depoimentos de certos indivíduos – réus, acusadores ou testemunhas – poderão ser diferentes em um momento e outro, revelar ou ocultar estratégias, motivar-se em atitudes preventivas e arrependimentos, ou em receios de se verem comprometidos (tanto no que se refere ao réu como a algumas testemunhas) sem contar com as redes de solidariedades e rivalidades que processos como estes permitem que afluam, com os preconceitos que encontram um terreno profícuo para se extravasarem. Já nem mencionaremos o fato de que, independente das estratégias e ações preventivas, a memória dos indivíduos é complexa e contraditória, ou ainda de que os boatos costumam influenciar o que um indivíduo sabe por alto até que ele jure que tem certeza de fato sobre algo que aconteceu. De todo modo, fontes como os processos criminais são ricas precisamente porque são dialógicas – e se por vezes se mostram repletas de contradições a serem examinadas, são por outro lado e por isto mesmo reveladoras de humanidade. A tarefa do historiador, certamente, não será a de julgar um crime, mas avaliar representações, expectativas, motivações produtoras de versões diferenciadas, condições de produção destas versões, além de captar a partir da documentação detalhes que serão reveladores do cotidiano, do imaginário, das peculiaridades de um grupo social, das suas resistências, das suas práticas e modos de vida.

¹¹ GINZBURG, Carlo. O inquisidor..., *Op. cit.*, p. 201.

Pode-se dar ainda que o historiador encontre fontes dialógicas e ricas de indícios reveladores não apenas nos processos criminais relativos a indivíduos isolados. As sublevações e movimentos populares também podem dar origem a processos e registros judiciais, já que, quando não são bem sucedidas e mudam o curso da história de uma sociedade (transformando-se em “revoluções” propriamente ditas) as insurreições são quase sempre convertidas em crimes coletivos pelos seus repressores, gerando todo o aparato de registros e inquéritos criminais a que têm direito os crimes comuns. Ciro Flamarion Cardoso, em uma frase feliz, ressaltava que “uma revolta que escapa à repressão escapa à história”¹¹. Assim, as sublevações reprimidas, dada a massa de documentação que produzem após a sua debelação, podem gerar fontes preciosas para os historiadores. É o que vemos, por exemplo, em um dos capítulos de *Visões da Liberdade*, de Sidney Chalhoub¹², em que o autor analisa inquéritos sobre sublevações de escravos ocorridas no Rio de Janeiro entre 1870 e 1880. Os escravos, que habitualmente chegam aos historiadores como um número nos inventários das fazendas escravistas, nos inquéritos que apuram sublevações começam a adquirir um rosto, um nome, características pessoais, visões de mundo que são pacientemente extraídas de seus inquiridores para documentar o processo repressivo¹³.

Ao lidar com estes tipos de fontes, ou com quaisquer outras que permitam uma análise intensiva e atenta aos pormenores, será preciso que o historiador comungue com a argúcia de um Sherlock Holmes, de um psicanalista devorador de almas, de um *expert* em falsificações que identifica a falsidade de um quadro não pelos seus traços principais – estes que são de resto cuidadosamente trabalhados pelo falsificador – mas sim pelos detalhes aparentemente insignificantes, e

¹¹ CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p. 384.

¹² CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹³ Na obra citada, Chalhoub pretende recuperar o processo histórico de abolição da escravidão no Corte através da análise intensiva das lutas que se desenvolviam em torno das visões ou definições de liberdade e de cativo. Suas fontes são não apenas os já referidos inquéritos sobre sublevações de escravos, mas também toda uma sorte de outras fontes que incluem, além dos processos criminais e das ações cívicas de liberdade, também fontes literárias como os Tratados sobre a Escravidão e os relatos de viajantes escritos na época. A idéia, portanto, é interconectar fontes diversas, deixando que elas se iluminem reciprocamente (diferentemente de sua primeira obra – *Trabalho, Lar e Botequim* – na qual o autor procurou se restringir às fontes criminais e judiciais).

que por isto mesmo foram descuidados pelo falsificador da mesma maneira que um criminoso abandona inadvertidamente uma ponta de cigarro no local de um crime. É preciso examinar, nestes casos, “os pormenores mais negligenciáveis”¹⁴. Esta atenção simultânea aos detalhes e pormenores, de um lado, e às muitas vozes de um texto ou às múltiplas versões de um processo, de outro, corresponde ao que estaremos chamando aqui de uma ‘análise intensiva das fontes’. Frequentemente, será necessário pôr as fontes a dialogar em registros de intertextualidade, deixar que uma ilumine a outra, permitir que seus silêncios falem e seus vazios se completem. O olhar micro-historiográfico necessita desta análise intensiva, incisiva, atenta tanto aos pequenos pormenores como às grandes conexões. Trabalha-se ao nível das contradições e ambigüidades – não *contra* estas ambigüidades, mas sim se tirando partido delas.

Lidando com Fontes Dialógicas

Na impossibilidade de abordarmos nos limites desta conferência todas as diversas abordagens que os historiadores desenvolveram para tratamento das novas possibilidades de fontes, escolhemos falar agora de um segundo campo de abordagens que têm surgido na historiografia das últimas décadas: o campo metodológico que se abre para o tratamento das fontes dialógicas. Entenderemos como ‘fontes dialógicas’ aquelas que envolvem, ou circunscrevem dentro de si, vozes sociais diversas. O dialogismo de uma fonte é ao mesmo tempo um limite e uma riqueza: o historiador deve aprender a lidar com isto. No limite, é claro, toda fonte – como todo texto – comporta uma margem de dialogismo, pois se acompanharmos as reflexões de Mikhail Bakhtin, em seu ensaio *Estética e Criação Verbal*¹⁵, não há rigorosamente falando textos que não estejam mergulhados em uma rede de intertextualidades, isto é, em um diálogo com outros textos. O ato mesmo de analisar um texto, assevera-nos Eliseo Verón em seu livro *A Produção do Sentido*¹⁶, já introduz algum tipo de dialogismo: pois não é possível analisar um texto em si mesmo, e mesmo que sem perceber o analista está comparando sem-

¹⁴ GINSBURG, Carlo. O inquisidor..., *op. cit.*, p. 144.

¹⁵ BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

¹⁶ VERÓN, Eliseo. *A produção do sentido*. São Paulo: Cultrix, 1980.

pre o texto de sua análise com outro texto. Mas não é deste tipo de dialogismo que estaremos falando neste momento, e sim das fontes históricas que apresentam uma forma mais intensa de dialogismo em decorrência da própria maneira como estão estruturadas, ou em função dos próprios objetivos que as materializaram.

Fontes Dialógicas por excelência, entre várias outras, são os processos criminais e processos inquisitoriais – que envolvem depoimentos de réus, testemunhas e acusadores, mas também a figura destes mediadores que são os delegados de polícia e os inquisidores, e também os advogados para o caso dos processos jurídicos modernos. Também são fontes, além de dialógicas, “intensivas” – fontes que buscam apreender e dar a perceber muitos detalhes, particularmente os que passariam despercebidos ou aos quais em outra situação não se dá importância (lembramos os investigadores criminais vasculhando as latas de lixo). Também os processos apresentam um esforço de compreender a fala de um outro, de dar a compreender esta fala, embora também envolvam a manipulação da fala¹⁷.

Para o Brasil do período colonial, constituem fontes dialógicas de grande porte os Livros de Devassas, produzidos pelas Visitações do Santo Ofício da Inquisição. Alguns historiadores brasileiros os utilizaram amplamente, tal como Laura de Melo e Souza, em sua investigação historiográfica intitulada *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*¹⁸. Tal como veremos oportunamente, fontes como estas – dada a sua intensividade, ou a sua capacidade de apreender e expor ao pesquisador um grande número de detalhes e de relações dialógicas inter-individuais em um contexto intensificado – proporcionam a rara possibilidade de se empreender um apurado rastreamento do cotidiano, do imaginário e dos ambientes de sociabilidade relativos. Da mais recôndita intimidade do lar e das secretas conversas das alcovas à exposição da agitada vida humana que transita nas ruas, a leitura de processos como estes pode ir aos poucos descortinando os ambientes de sociabilidade, e ir revelando não apenas a vida concreta e cotidiana – com seus modos de alimentação, indumentária, cultura material, hábitos e fórmulas de comunicação –

¹⁷ No Brasil, o trabalho com processos-crime começa a ser realizado na década de 1970, por autores como Maria Sílvia de Carvalho Franco em *Homens Livres na Ordem Escravocrata* (1974); José de Souza Martins em *Subúrbio* (1992); e Sidney Chalhoub em *Trabalho, Lar e Botequim* (1984).

¹⁸ SOUZA, Laura de Melo e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

mas também a vida imaginária e as formas de sensibilidade: os medos, crenças, esperanças, invejas, desalentos e desesperos¹⁹.

O mesmo ocorre para os processos criminais do período moderno. Importante se ter em vista que, nestes casos, é de menor importância chegar a conclusões sobre as razões de um crime ou a culpabilidade do réu. A função do historiador não é a de desvendar crimes – tarefa do delegado de polícia – nem tampouco emitir julgamentos sobre o mesmo. Um processo, como uma devassa inquisitorial, permite rastrear a vida de testemunhas, vítimas e réus. Através do registro intensivo deste tipo de fontes, o historiador pode recuperar o dia-a-dia de anônimos do passado aos quais não teria acesso por outros meios. Em seu texto “O Dia da Caça”, um dos pioneiros do Brasil no que se refere a esta abordagem, o sociólogo José de Souza Martins se põe a acompanhar os passos do réu no seu dia-a-dia, seguindo ele mesmo os passos do delegado que tenta recuperar “o percurso trágico do criminoso, nos dias e horas que antecederam o crime”²⁰. De nossa parte, podemos acompanhá-lo, como leitores, na sua paciente montagem de um mapa que revela os vários trajetos diários do operário que é acusado do crime. É esta instigante interposição de mediadores – leitor, autor, delegado, depoentes, personagens da cena-crime – cada um seguindo os passos do outro em uma autêntica arqueologia de textos que se recobrem uns aos outros, o que traz a estas fontes uma espécie de ‘dialogismo transversal’. Mas é também na multiplicação das vozes no plano sincrônico – correspondente no contexto mais imediato do próprio crime à contraposição das vozes do réu, das testemunhas, das vítimas – que iremos encontrar o dialogismo final, constituinte da trama que corresponde à última camada arqueológica que o processo criminal nos oferece.

¹⁹ Os processos criminais e inquisitoriais, apesar de se prestarem particularmente bem à análise qualitativa em vista de sua textura intensiva – disponibilizadora de uma grande concentração de detalhes – também podem ser utilizados em grandes séries, desde que o problema e a temática examinada assim o permita. Para um exemplo de análise qualitativa de um processo-crime, entrecruzando-o com a documentação jornalística que a ele se refere, ver o capítulo inicial de “Trabalho, Lar e Botequim” (1984), de Sidney Chalhoub. Ver também o capítulo sete de *Subúrbio*, de J. S. Martins, intitulado “O Dia da Caça – o cotidiano das relações de classe num caso de duplo homicídio em 1928” in: MARTINS, José de Souza. *Subúrbio*. São Paulo: Hucitec, 1992, p.299-353.

²⁰ MARTINS, José de Souza. *Op. cit.*, p. 301.

O dialogismo presente nas fontes processuais, as diferentes versões que através delas se conflituam, as visões de mundo que os atores sociais encaminham uns contra os outros, as redes de rivalidades e solidariedades que daí emergem, as identidades e preconceitos, é todo este vasto e dialógico universo – não apenas capaz de elucidar as relações inter-individuais, como também de esclarecer a respeito das relações de classe – o que se mostra como principal objeto de investigação para a análise micro-históricográfica que se torna possível a partir deste tipo de fontes²¹.

Além dos processos criminais, jurídicos e inquisitoriais, há vários outros tipos de fontes dialógicas. Existem inclusive as fontes de ‘dialogismo implícito’, aquelas que dão voz a indivíduos ou grupos sociais pelas suas margens, pelos seus contracentos, ou mesmo através dos seus silêncios e exclusões. Assim, por exemplo, o período do escravismo colonial no Brasil conhece a prática do estabelecimento de “irmandades” (de homens negros, pardos, brancos, escravos ou libertos, de portugueses ou brasileiros). Análogas às confrarias medievais no que se refere ao fato de que acomodavam dentro de si grupos de indivíduos em quadros auxiliares de sociabilidade e solidariedade, elas cortavam a sociedade a partir de um novo padrão. O que nos interessa para falar do dialogismo implícito são as suas cartas de compromisso, as suas atas, os documentos que revelam seus procedimentos de inclusão e de exclusão. No interior da população africana ou afrodescendente que havia sido escravizada, elas deixam entrever os diversos grupos identitários que se escondem sob o rótulo do “negro”.

João José Reis, que as estudou em detalhe, observa o estabelecimento de uma discreta arena de disputas inter-étnicas na Irmandade do Rosário dos Pretos da Igreja da Conceição da Praia, na Bahia de 1686. Dela participavam irmãos e irmãs angolanos e crioulos (negros nascidos no Brasil) na época de seu primeiro compromisso. “Embora sem explicitar isto, previa-se a entrada de gente de outras origens, inclusive os brancos e mulatos, mas só crioulos e angolas eram elegíveis,

²¹ Assim nos diz o sociólogo José Carlos Martins em seu texto “O Dia da Caça”, ao colocar em relevo as potencialidades da fonte-crime examinada para uma compreensão das relações sociais: “[...] através das relações entre o réu, as testemunhas e a vítima o caso nos mostra o que eram as relações sociais de todo dia na vida local. E como essas relações interferiam nas relações de classe” in: MARTINS, José de. *Op. cit.*, p. 299.

em números iguais, a cargos de direção”²². Já na Irmandade do Rosário da Rua de João Pereira, a associação se estabelecia entre benguelas e jejes. O que nos revelam estas fontes em termos de vozes sociais? Através delas, dos seus termos de compromisso e documentação corrente, os grupos sociais e as identidades são postas a falar, mesmo as que são silenciadas através da exclusão. O poder é partilhado por grupos específicos dentro da escravaria mais ampla. Algumas outras identidades são aceitas, mas em um segundo plano; outras são excluídas. As redes de solidariedade e as rivalidades terminam por falar. Mesmo quando silenciados através da exclusão, alguns grupos deixam soar a sua voz, nem que seja para dar a entender que são odiados, temidos, desprezados, ou que, de sua parte, também odeiam e desprezam. O grupo social aparentemente unificado pela cor, como queria o branco colonizador, revela através do dialogismo implícito a sua pluralidade de vozes internas.

Mas estaremos nos referindo em seguida à fontes de ‘dialogismo explícito’, como é o caso daquelas fontes nas quais um determinado agente ocupou-se de pôr por escrito as falas de outros. Elas são dialógicas não apenas porque são várias estas “falas de outros”, mas também porque o mediador, o compilador da fonte ou o agente discursivo que elabora um texto sobre o texto, representa ele mesmo também uma voz (quando não um complexo de várias vozes, já que através do mediador pode estar falando também uma instituição, uma prática estabelecida, uma comunidade profissional, para além de sua própria fala pessoal). Com base nestes aspectos, podemos definir as fontes relativas ao “dialogismo explícito” como aquelas que são atravessadas de maneira mais contundente por um mediador que tem a consciência de estar situado diante de uma alteridade, diante da necessidade de uma mediação, de uma ‘tradução do outro’ que precisará ser feita em si mesmo e depois, possivelmente, oferecida a novos leitores.

Os relatos de viagem, por exemplo, comportam a sua margem de dialogismo. Pensemos naqueles viajantes europeus que estiveram percorrendo a África, a América do Sul e particularmente o Brasil – pois essa era uma nova moda romântica bastante em voga no século XIX. Estes viajantes entram em contato com culturas que lhes são totalmente estranhas, e fazem um esforço sincero de transmitir a

²² REIS, João José. “Identidade e diversidade étnicas nas Irmandades Negras nos tempos de escravidão”. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1996, p. 14.

um leitor – que eles idealizam sentado confortavelmente em uma residência européia – as estranhezas que presenciaram, as bravatas e desafios que tiveram de enfrentar por serem europeus aventureiros em terras tropicais e selvagens, ou em cidades rústicas, habitadas por novos tipos sociais tão desconhecidos deles como de seus leitores. Marco Pólo, no seu *Livro das Maravilhas*, escrito no século XIII, já trazia à literatura o seu próprio relato de viagens, nos quais descortinava aos seus leitores europeus um mundo completamente distinto de tudo o que eles até então haviam visto. A China e outras terras do oriente surge nos seus relatos com toda a sua imponência dialógica, beneficiando os europeus de sua época de um choque de alteridade que mais tarde lhes seria muito útil, quando precisaram submeter as populações incas, maias e astecas nas Américas do século XVI.

Exemplos particularmente interessantes de fontes dialógicas, de que não trataremos neste momento, são as organizações mediadas de “falas dos vencidos”. É o caso dos depoimentos de astecas que sofreram impactos da Conquista da América, no século XVI, e que foram elaborados pelos próprios astecas sob a orientação do padre jesuíta Sahagún. Estas fontes, habitualmente conhecidas como “os informantes de Sahagún”, pretendem dar voz aos astecas que foram vencidos e massacrados pelos conquistadores espanhóis liderados por Hernán Cortez, no século XVI. Ao serem elaboradas tanto no idioma nativo como em espanhol, estas fontes não apenas procuram dar voz a uma cultura, mas também superpõem-lhe um outro texto, uma outra cultura e uma outra visão de mundo: a do padre jesuíta que, por mais bem intencionado que estivesse em dar voz aos vencidos, não tem como extrair-se, a si mesmo, do discurso dos astecas a cujas falas ele traz uma organização.

Antes de prosseguirmos, podemos nos perguntar: o que se precisa ou pode-se aprender com estes tipos de fontes que são as ‘fontes dialógicas’. Diremos inicialmente que aqui será necessário um novo talento: o “talento arqueológico”. Não nos referimos porém à capacidade de lidar com as diferentes camadas de terra, mas a algo ainda mais sutil: a habilidade de decifrar diferentes camadas de filtragens. O talento de perceber uma coisa a partir da outra é desde já, de alguma maneira, uma habilidade polifônica (a mesma que se torna necessária ao ouvinte de música que se põe a escutar composições musicais constituídas por várias vozes que avançam paralelamente, uma por sobre a outra, como nas composições de Johan Sebastian Bach).

As fontes produzidas por missionários, como o padre jesuíta Sahagún, sempre colocam em pauta o dialogismo, e este também será o caso das fontes que foram trabalhadas pelo etno-historiador Richard Price em seu livro *Alabi's World*²³, um texto que recebeu de Eric Hobsbawm alguns interessantes comentários críticos sobre o uso de fontes históricas – particularmente sobre as fontes dialógicas – no texto intitulado “Pós-Modernismo na Floresta”. Vale a pena refletir sobre este texto, e também sobre os comentários de Hobsbawm, pois ele nos servirão como ponto de partida para elucidar alguns cuidados e potencialidades metodológicas envolvidos no trabalho com as fontes dialógicas.

O estudo de Richard Price no ensaio em questão dirige-se às sociedades saramakas, que foram constituídas no Suriname nos séculos XVIII e XIX a partir de quilombolas que conseguiram se apartar do Sistema Escravista e construir uma sociedade em novas bases no interior daquela região sul-americana. Os suramakas, os “negros da mata” do Suriname, não eram cristãos na sua maioria; mas com eles tiveram de interagir os missionários Morávios, nas suas tentativas de evangelização. Estes últimos produziram extensa documentação a respeito da sociedade saramaka da qual se utilizou Richard Price, com vistas à elaboração de sua pesquisa e análise. Dois problemas surgem, e aqui o tomaremos como exemplificação acerca de problemas a serem enfrentados pelos historiadores de hoje no trato com as suas fontes. Os irmãos morávios, conservadores e ultra-religiosos, deixam inevitavelmente transparecer nas fontes o seu fracasso em compreender aquela estranha sociedade saramaka que pretendiam catequizar. Eles enxergam o mundo saramaka a partir do seu próprio filtro, da sua própria visão de mundo, e, ainda que sinceros no seu esforço de compreender a alteridade com a qual se defrontam, enfrentam a óbvia dificuldade de estarem presos a horizontes mentais que não lhes permitem compreender adequadamente certos aspectos da sociedade saramaka.

Por outro lado, um outro filtro deve ser enfrentado pelo historiador que hoje toma as correspondências dos missionários morávios como fontes para compreender as sociedades saramakas do Suriname da segunda metade do século XVIII. Tal como Hobsbawm assinala, e colocaremos suas palavras entre aspas, para os

²³ PRICE, Richard. *Alabi's world*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1990.

pesquisadores modernos “a visão de mundo de fanáticos carolas como os morávios, com seu culto sensual e quase erótico das chagas de Cristo, é certamente menos compreensível que a visão de mundo dos ex-escravos”²⁴. Desta maneira, e apenas destacamos esta obra a título de exemplificação, o problema historiográfico de análise das fontes assim se coloca em um dos aspectos para o qual mais devem estar atentos os historiadores de hoje: lidar com uma Fonte (ou constituí-la) implica em lidar com filtros, com mediações, inclusive as que fazem parte da própria subjetividade e condições culturais do pesquisador que examina o outro, a partir do outro.

Considerações análogas são desenvolvidas por Carlo Ginzburg em seu famoso texto “O Historiador como Antropólogo”, escrito em 1989²⁵. Toma-se como ponto de partida o mesmo problema metodológico enfrentado por Richard Price na obra citada anteriormente: trata-se de dar um uso historiográfico a registros escritos de produções orais – no caso específico de Carlo Ginzburg, as fontes inquisitoriais do início da Idade Moderna. As fontes inquisitoriais – que nos trabalhos de Ginzburg adquirem um novo sentido ao se ultrapassar o antigo enfoque nas “perseguições” em favor do enfoque no discurso – apresentam precisamente a especificidade de serem mediadas pelos “inquisidores”. Ou seja, para se chegar ao mundo dos acusados, é preciso atravessar esse filtro que é ponto de vista do inquisidor do século XVI; é necessário empreender o esforço de compreender um mundo através de outro, de modo que temos aqui três pólos dialógicos a serem considerados: o historiador, o “inquisidor-antropólogo”, o réu acusado de práticas de feitiçaria.

O limite da fonte – o desafio a ser enfrentado – é o fato de que o historiador deverá lidar com a “contaminação de estereótipos”. Mas uma riqueza da mesma documentação é a forma de registro intensivo que é trazida pelas fontes inquisitoriais – uma documentação atenta aos detalhes, às margens do discurso, e fundada sobre um olhar microscópico – isto, para além do forte dialogismo presente, seja de forma explícita ou implícita. Quanto à estratégia metodológica

²⁴ HOBBSAWM, Eric. Escaped slaves of the Forest. *New York Review of Books*, 6.12.1990, p. 47-48 (republicado em “Pós-Modernismo na floresta”. In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 201-206. [original do livro: 1997; original do artigo: 1990].

²⁵ GINZBURG, Carlo. O inquisidor..., *op. cit.*

que aproxima inquisidores do século XVI e antropólogos modernos, a que dá o título ao artigo, é exatamente a de traduzir uma cultura diferente por um código mais claro ou familiar²⁶.

O que nos ensina Ginzburg com o seu trabalho historiográfico sobre estas fontes, e com suas reflexões teóricas sobre as mesmas? Antes do mais, fica claro que o historiador deve formular indagações sobre os seus mediadores, para compreender tanto os seus “filtros” como para fazer a crítica de autenticidade e veracidade relacionada à sua mediação dos depoimentos dos réus. Fica claro para o autor, e esta é já uma resposta à indagação inicial, que existe no inquisidor uma vontade real de compreender, o que o leva a inquirir o detalhe e a dar efetiva voz ao acusado. Ao mesmo tempo, a este inquisidor – em que pese o seu desejo de apreender o ponto de vista do réu – nada resta senão tentar entender os depoimentos ou a cultura investigada adaptando-os às suas próprias chaves e estereótipos. A fonte inquisitorial, por estes dois fatores, torna-se intensamente dialógica (isto é: ela envolve o diálogo entre muitas vozes sociais).

O texto “O Inquisidor como Antropólogo” (1989) inicia-se com um pequeno balanço de Carlo Ginzburg sobre a apropriação historiográfica das fontes da Inquisição. Um historiador, ao aproximar-se de suas fontes, não se obriga necessariamente a historiar o uso historiográfico que até aquele momento foi feito de suas fontes, mas em todo o caso esta poderia ser uma boa recomendação metodológica. Estender um olhar sobre a historiografia que precede o próprio historiador com relação ao seu tema e ao uso historiográfico de suas fontes, permite que o historiador aprofunde a consciência histórica sobre si mesmo: saber em que ponto situa-se o seu trabalho, ao lado e contra que campos de possibilidades, diante de que redes intertextuais e inter-historiográficas. Os modos como pretende se aproximar de suas fontes repete experiências anteriores, aprimora-as, inverte-as, recusa-as em favor de novas direções?

O Quadro 3 propõe-se a sugerir um roteiro para o tratamento de fontes dialógicas. Os itens indicados não necessariamente precisam ser percorridos como etapas, e não apresentam uma ordem fixa; alguns são mesmo opcionais. O primeiro item que comentaremos é um destes que apresentamos como alternativo, mas de todo modo o

²⁶ *Idem*, p. 212.

deixaremos como sugestão. Trata-se de traçar, tão dedicadamente quanto possível, um pequeno histórico do tratamento historiográfico até então dispensado às fontes que agora tomamos como nosso corpus documental. As perguntas colocadas acima, em nosso entender, trazem maior consciência historiográfica sobre o tema. Elas são colocadas para a historiografia, e não para as próprias fontes ou para a realidade vivida a que se referem as fontes – o que será feito em outros itens.

Vamos retomar um pouco o texto de Ginzburg, no sentido de aprender um pouco com este micro-historiador italiano. Ele nos conta logo no início do artigo que é (surpreendentemente) tardia a descoberta dos arquivos da Inquisição para finalidades historiográficas²⁷. Os primeiros historiadores da Inquisição se aproximaram da temática da Inquisição de uma perspectiva da ‘história da repressão inquisitorial’; e foi sob a limitação imposta por este horizonte de expectativas que buscaram apreender as fontes que poderiam ser constituídas pelos processos da Inquisição – dezenas de milhares na Itália, e cerca de dois mil processos de julgamentos inquisitoriais só no Friuli, que foi o universo investigado por Ginzburg. Eram de um lado historiadores protestantes de período posterior, que desejavam iluminar o heroísmo de seus antecessores frente à perseguição católica; ou que estavam interessados em revelar traços da crueldade dos repressores que pertenciam à tradição adversária. De outro lado, os historiadores que assumiam a perspectiva de uma História da Igreja Católica eram compreensivelmente relutantes em se aproximar historiograficamente daqueles processos, tanto porque lhes era algo penoso descortinar o papel de seus irmãos de fé como torturadores, ainda que de hereges, como porque tendiam ou pretendiam “minimizar o Impacto da Reforma”, para aqui retomar uma observação do próprio Carlo Ginzburg²⁸. Por fim, os historiadores liberais, que não se posicionavam religiosamente ou eclesiasticamente, também não se interessavam pelos processos de inquisição. Ginzburg nos explica por que:

“Sempre se considerou que as provas de bruxaria, fornecidas pelos julgamentos, eram um misto de extravagâncias teológicas e superstições populares. Estas eram, por definição, irrelevantes; aquelas podiam ser mais facilmente encaradas nos tratados demonológicos. Para os estudiosos que pensavam que o único tema histórico ‘válido’ era a perseguição, e não o seu objeto, percorrer as longas e muito provavel-

²⁷ *Idem*, p. 203.

³⁰ *Idem*, p. 204.

mente repetitivas confissões dos homens e das mulheres acusados de feitiçaria era, de fato, uma tarefa fastidiosa e inútil”²⁹

Ginzburg coloca com particular clareza o problema, neste pequeno balanço inicial da ‘história da apropriação historiográfica das fontes inquisitoriais’. Esta história – paralela a história de como a bruxaria “passou da periferia para o centro das questões históricas ‘válidas’”³⁰ – mostra-nos nos seus primeiros momentos um interesse meramente eclesiástico (a favor ou contra a Reforma). Trata-se de uma apropriação historiográfica das fontes que é realizada ainda da perspectiva de uma história eclesial – de uma História da Igreja, examinada por um lado ou pelo outro – e não ainda da perspectiva de uma história religiosa, de uma história da religiosidade, e muito menos de uma ‘história do discurso religioso’, para não falar das possibilidades de uma ‘história cultural’ que toma estas fontes inquisitoriais como um caminho interessante para indagar sobre muitas outras coisas para além da religião ou das práticas religiosas em si mesmas.

O que nos mostra Ginzburg no seu balanço é que uma nova pergunta ou uma nova ênfase podem abrir significativos e inusitados caminhos para a exploração de novas potencialidades em uma Fonte ou tipo de fonte. Na história da apropriação historiográfica das fontes inquisitoriais, a estagnação ou o desinteresse dos primeiros tempos só puderam ser efetivamente superados com o deslocamento do enfoque na ‘perseguição eclesiástica’ para o enfoque no discurso, no cotidiano, nas práticas culturais, bem como nos novos agentes históricos (os que entretecem uma história vista de baixo) – enfim, toda uma série de novas perspectivas que motivava a fazer com que o olhar historiográfico fosse deslocado da perseguição para o depoimento dos acusados. Nesta virada para um novo enfoque se insere o seu próprio trabalho.

Um balanço como o realizado acima – que de resto recomendamos como procedimento útil para o trabalho com qualquer tipo de fonte historiográfica, e não apenas para as dialógicas – permite que um historiador adentre o seu tema em maior nível de consciência historiográfica. Por vezes uma leitura como esta sobre a produção historiográfica anterior voltada para o tema, ou em torno das fontes escolhidas, permite que se tenha uma maior clareza sobre o que se ganha e o que se perde com a adoção de uma ou outra perspectiva. Colocar-se diante (e dentro)

²⁹ *Idem.*

³⁰ *Idem*, 205.

da história de uma produção historiográfica ajuda a escolher o caminho adequado, com plenos benefícios para a pesquisa. Por isto indicamos este procedimento como um item alternativo, mas a nosso ver importante.

O segundo item recomendado em nosso roteiro, no topo do hemisfério superior do esquema proposto, e que na verdade é o ponto de partida dos itens obrigatórios, corresponde à ‘descrição das fontes’. Sua forma textual, seu suporte material, o idioma, o tipo de vocabulário, o padrão de conteúdo, trata-se aqui de se aproximar de uma compreensão o mais abrangente e complexa quanto possível das próprias fontes, o que de resto prosseguirá nos itens seguintes. Se tratamos com processos inquisitoriais do século XVI, teremos que nos familiarizar com a estrutura do processo inquisitorial, compreender seu dialogismo, sua dinâmica interna, os tipos obrigatórios que o articulam (acusadores, investigadores, réus, testemunhas), e ainda as práticas que o estabelecem (investigação, inquérito, eventualmente a tortura). Se utilizamos como fontes historiográficas os relatos de viagem, será preciso compreender o que são os ‘relatos de viagem’ como gênero literário realista, e também compreender especificamente estes relatos de viagem específicos que tomamos para nossas fontes. Quem é o emissor desta fonte, e de outros tipos de fontes? Genericamente, quem é o ‘viajante’, e especificamente quem é este viajante? A que público se destina um relato como este? A que práticas culturais este gênero de texto atende? Se é um processo – embora isto seja óbvio – que finalidade ele cumpre?

Questões como as envolvidas na ‘descrição das fontes’, remetem ao que já discutimos sobre a necessidade ou possibilidade de alguns textos serem examinados como “processos comunicativos”, o que envolve as figuras do emissor e do receptor, a existência de uma mensagem, os objetivos desta (comover, divertir, manipular, seduzir, persuadir, impor, esclarecer, mover, paralisar). Em se tratando de processos criminais ou inquisitoriais, documentação complexa que se articula em diversos tipos de texto e em diversos níveis, não se trata de compreender as instâncias de um processo comunicativo, mas sim compreender o papel de cada um dos seus agentes discursivos, e de perceber não propriamente uma mensagem, mas uma finalidade do processo como um todo pra depois, talvez por dentro, retornarmos as mensagens através dos depoimentos que instauram discursos específicos.

O terceiro item recomendado em nosso roteiro, logo em seguida a este, refere-se ao ‘contexto das fontes’. Para o caso das fontes de Richard Price sobre os

saramakas, seria o caso de dar a si mesmo as adequadas possibilidades de entender as ‘condições de produção’ daquelas correspondências pessoais dos missionários morávios que foram tomadas pelo historiador americano como documentação central em seu trabalho. Se possível, é interessante levantar não apenas o contexto mais imediato das fontes, mas também a sua história como fonte: o contexto que as precede (uma prática dos missionários morávios de registrar relatos e se comunicar com suas bases através de correspondências deste tipo) e também a história posterior: como estas fontes chegaram até nós, que caminhos percorreram até encontrarem seu pouso mais estável em algum arquivo? Para o caso dos “Informantes do Sahagún”, seria o caso de nos aproximarmos da história de uma prática jesuítica, de verificar casos que precederam a experiência do jesuíta Sahagún junto aos astecas submetidos pelos conquistadores espanhóis. Se isto for possível, claro. Depois, verificar como estas fontes chegam até nós, historiadores atuais.

Há ainda o ‘contexto’ não da produção da fonte, mas dos fatos ou processos a que ela remete ou se refere. Se trata-se de um processo, teremos de esclarecer os aspectos que envolvem o crime ou a acusação de heresia: especificamente *este* crime ou esta acusação de heresia com a qual estamos lidando. Quem são os personagens envolvidos na trama? Que posição ocupam, uns em relação aos outros? Que relações de solidariedade e rivalidade emergem destas relações? Algumas destas perguntas serão preenchidas aos poucos, no decorrer da investigação historiográfica e da análise das fontes, mas apenas as situamos aqui como possibilidades para a constituição do contexto. Mais ainda, e mais importante, qual será o grande contexto? O que embasa esta sociedade e o que define os seus grandes horizontes, dos quais nenhum dos atores envolvidos pode escapar, por serem estes os horizontes intransponíveis de sua sociedade e de sua época? Começamos a lançar aqui as bases para entretecer uma história. Se há vários personagens envolvidos, talvez seja mesmo útil construir o contexto de cada um deles, se não aqui, ao menos no momento da investigação em que isto de fizer necessário.

De igual maneira, quando o que investigamos são as práticas ou as repercussões de uma prática, é preciso delinear também o contexto desta prática específica, e não apenas o dos atores sociais que estão com ela envolvidos, ou o contexto dos acontecimentos que tomaram forma através destas relações. A própria prática herdada de outras culturas, quando deslocada para uma nova sociedade, torna-se uma outra coisa, e precisa ser recontextualizada. Pensemos nas heranças

medievais e modernas de práticas pagãs, nas sobrevivências das práticas mágicas e da alquimia no século XVIII. Ser um alquimista na era de Newton (e o próprio Newton tinha o seu lado alquimista), é algo bem distinto de ser um alquimista nos tempos medievais de Nicolas Flamel (1330-1418). Uma prática deslocada precisa ser recontextualizada, reinserida em seu “contexto total”.

A construção do “Contexto”, e eventualmente o que poderá ser entendido como uma “Recontextualização”, constitui uma etapa extremamente importante para qualquer tipo de fontes (e não apenas para as dialógicas). Em um artigo que será comentado mais adiante, Edward Palmer Thompson (1924-1993)³¹ chama enfaticamente atenção para a necessidade de reinserir as evidências, os discursos, as práticas ou os processos examinados em seu “contexto total”. Seu mote para a discussão desta questão, do qual mais adiante nos aproximaremos em maior nível de profundidade, é a crítica da sempre incorreta análise descontextualizada dos folcloristas que examinam rituais e práticas culturais como meras permanências de tradições anteriores, e a necessidade que deve ser perseguida pelos historiadores culturais de compreender estes mesmos rituais e práticas à luz das novas funções e usos correntes que estas práticas assumem em outras sociedades³². Um antigo ritual pagão deslocado para uma sociedade cristã industrial e para um ambiente urbano é já uma outra coisa, que não mais o que era nos seus tempos romanos. Com relação a esta preocupação historiográfica fundamental a que chamaremos de “recontextualização”, mais do que de uma “contextualização” – pois neste caso específico tratam-se de práticas que foram produzidas em uma configuração social mas deslocadas para outra – poderemos tomar emprestadas as irretocáveis palavras de Edward Thompson:

“O significado de um ritual só pode ser interpretado quando as fontes (algumas delas coletadas por folcloristas) deixam de ser olhadas como fragmento folclórico, uma ‘sobrevivência’, e são reinseridas no seu contexto total”³³

³¹ THOMPSON, Edward P. “Folclore, antropologia e história social”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: UNICAMP, 2001.

³² *Idem*, p. 231.

³³ *Idem*, p. 238. Em outro ponto do artigo, Thompson acrescenta: “Entretanto, a história é uma disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado-dentro-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas”, in: THOMPSON, Edward P. *Op. cit.*, p.243.

Retomado o nosso esquema de crítica documental, os próximos procedimentos referem-se já especificamente às fontes dialógicas. Enquanto os quatro procedimentos até aqui propostos referem-se a todos os tipos de fontes (e não apenas às narrativas, como também às seriais e informativas) – isto no sentido de que para toda fonte será útil recuperar a rede historiográfica que já a abordou, empreender a sua descrição tão complexa quanto possível, e adentrar os contextos tanto da própria produção da fonte como do processo a que ela se refere – já os procedimentos seguintes são especificamente voltados para o trabalho sobre as fontes dialógicas.

O quinto empreendimento que indicamos, refere-se à identificação e descrição da ‘polifonia interna das fontes’. Trata-se de identificar as várias vozes que compõem esta trama polifônica, situá-las em seus níveis arqueológicos (para utilizar a metáfora de Michel Foucault). Trata-se de compreender cada uma delas em um nível que se aproxima ou se afasta mais do historiador, perceber as mediações que lhes são interpostas. Trata-se ainda de entrever os seus diálogos, perceber como se situam umas em relação às outras não apenas nos termos da espacialidade arqueológica do discurso (os níveis de mediação), mas também como as diversas vozes interagem na polifonia textual. Lembraremos aqui o que é uma “polifonia” na teoria musical, campo do qual tomamos emprestada esta metáfora. A Polifonia é a modalidade de música, o método de apresentação musical, no qual diversas vozes soam juntas, sem que uma tenha precedência sobre as demais. Exemplos conhecidos são as fugas ou os corais de Johan Sebastian Bach e outros compositores barrocos e renascentistas, em cuja música há baixos, tenores, sopranos e contraltos, ou ainda nas composições em que diversificados instrumentos entoam melodias distintas. Uma fonte histórica ‘polifônica’ será aquela na qual se expressam efetivamente diversas vozes – por vezes explicitamente, através de um espaço que lhes é concedido para a fala; por vezes implicitamente, através do discurso de um outro que mesmo sem querer termina por permitir que outras vozes fale no interior de seu discurso. Trata-se de uma situação análoga à da jovem adolescente que vai ao psicanalista e na sua fala deixa escapar, diretamente ou através de atos falhos, a voz do pai, do irmão, da mãe, do namorado que a traiu, do professor por quem nutre paixões secretas.

Perceber polifonias no discurso requer sensibilidade, mais ainda do historiador, já que ele lida com planos polifônicos envolvendo várias épocas. Entre as

várias vozes com as quais irá lidar está a sua mesma. É preciso não deixar que esta sufoque as vozes históricas sobre as quais tem a responsabilidade de trazer à vida, de recuperar a dimensão exata da sua música. É preciso evitar que a sua voz, com sua especificidade e seus limites, contamine as demais. Isso seria o “anacronismo” – o pecado máximo do historiador, segundo Lucien Febvre –, que corresponde a deixar inadvertidamente que a melodia específica da temporalidade presente tome o lugar das demais com seus ritmos e soluções melódicas específicas. Temos aqui a historiadora feminista que enxerga em Safo reivindicações que são apenas suas, ou o historiador revolucionário que quer enxergar em John Ball, ou ainda o historiador protestante que convoca para a sua causa reformista todos os hereges queimados pela Inquisição. Mas a voz do historiador existe; é preciso lidar com ela, deixar que também se expresse, para que não se caia na ilusão positivista que deslocava a melodia do historiador para a austera posição de um maestro protegido pela neutralidade científica.

Recomenda-se refletir, para as fontes dialógicas, sobre as várias vozes que adquirem vida através da investigação. Depois, agrupá-las segundo as afinidades, consoante critérios que só poderão ser definidos pelo problema histórico que está orientando a pesquisa e a reflexão historiográfica. Poderemos agrupar as vozes por classes sociais, mas também por relações de solidariedade, rivalidade ou preconceito em relação ao acusado que se senta no banco dos réus. Poderemos partilhá-los por gerações ou por gêneros, se o problema da pesquisa apontar para uma coisa ou outra. Poderemos criar critérios que combinem o gênero e as categorias profissionais, de modo a distinguir as mulheres operárias das que trabalham no comércio a varejo. Poderemos até mesmo criar um recurso para clarear o timbre de cada uma das vozes envolvidas, como fez Richard Price ao escolher um padrão tipográfico para cada um dos atores sociais que é posto a falar em seu livro *Alibi's Word* ³⁴.

Uma tarefa mais difícil do historiador dialógico é a busca de dialogismos implícitos (item 6). Pela sua própria estrutura, um texto pode registrar explicitamente a voz do outro, como é o caso dos processos criminais e inquisitoriais. O padrão de pergunta e resposta não deixa dúvidas com relação à estrutura dialógica de uma situação, embora também tenhamos os clássicos exemplos dos *Diálogos*

³⁴ PRICE, Richard. *Op. cit.*

de Platão, mais monólogos disfarçados em estrutura dialógica do que qualquer outra coisa. Exceção feita ao *Banquete* – obra dialógica por excelência – a maior parte dos diálogos platônicos apenas forja uma estrutura de oposição interativa. Isto também podia ocorrer, é preciso ressaltar, mesmo no dialogismo inquisitorial, nas ocasiões em que “as respostas dos réus não eram mais do que o eco das perguntas dos inquisidores”³⁵. Tanto a percepção do “monódico” que se esconde sob a aparência polifônica (ou do monólogo que se esconde na estrutura de diálogo), como a percepção do ‘dialogismo implícito’ (item 7), eis aqui algo que requer um nível maior de sensibilidade do historiador. Com relação a este último aspecto, Ginzburg cita (dialogicamente) um texto de Roman Jakobson (1896-1982), o grande lingüista russo que foi pioneiro da análise estrutural da linguagem. Jakobson antecipa Bakhtin na sua percepção radical do dialogismo humano, e nos diz que “o discurso interior é na sua essência um diálogo, e todo discurso indireto é uma apropriação e uma remodelação por parte daquele que cita, quer se trate da citação de um alter ou de uma fase anterior do ego”³⁶. O dialogismo, enfim, pode se esconder mesmo no interior do discurso do “Eu”.

Ao sexto item de nosso quadro dialógico chamaremos de ‘crítica de veracidade dos mediadores’. Para entender este item, retornaremos agora ao texto “O Inquisidor como Antropólogo”, de Carlo Ginzburg (1989), no sentido de avançar na compreensão de certos aspectos relativos às fontes dialógicas e extrair mais sugestões de procedimentos a serem incorporadas ao nosso roteiro.

Quando lidamos com fontes dialógicas, e particularmente com fontes processuais, devemos tentar entender em um primeiro momento o nosso “filtro”, os mediadores que se interpõem entre nós e os acusados, testemunhas, e outros agentes emissores dos discursos que nos interessam em última instância (isto, é claro, quando não estamos diretamente interessados no discurso destes mediadores: compreender o discurso emitido pelo próprio juiz, inquisidor ou delegado que conduz a investigação criminal).

Admitindo que nosso objetivo é atingir a outra camada arqueológica – a dos acusados da Inquisição, a dos astecas resgatados pelo padre Sahagún, a dos

³⁵ GINSBURG, Carlo. *Op. cit.*, p. 208.

³⁶ JAKOBSON, Roman. *Language in operation. Milanges Alexandre Kpyr, II, L'aventure de l'sprite*. Paris, 1964, p. 273.

saramakas catequizados pelos missionários morávios, a dos chineses relatados por Marco Pólo, a dos nativos retratados por Debret – teremos que passar obrigatoriamente pela camada mais próxima. Estes mediadores é que nos entregam os discursos dos outros, dos vários atores cujas falas constituirão a base de nosso trabalho. É preciso indagar, antes de mais nada, pelo seu interesse – destes mediadores – em relatar com veracidade o que viram, em registrar com maior ou menor rigor os depoimentos que recolheram, em dar voz aos seus protegidos, aos seus reprimidos, aos seus vencidos. Mais do que isto, será preciso indagar não apenas se eles possuem interesse em agir no plano da veracidade, mas também se eles são capazes de agir neste plano, se estão dotados para tal da necessária “utensilhagem mental”, para retomar aqui a antiga expressão de Lucien Febvre.

Vimos no exemplo de Richard Price, ao menos se levarmos em consideração as críticas que Eric Hobsbawm dirige ao seu trabalho, que os missionários morávios não estavam em grandes condições de compreender o estranho mundo dos saramakas. Compreender a capacidade do ‘mediador’ em se aproximar compreensivamente ou não de uma cultura ou prática cultural que lhe é estranha, ou ao menos lançar uma indagação sobre os níveis possíveis ou os limites desta compreensão, é fundamental para não naufragarmos em nossa viagem de exploração. Como vimos nos comentários de Hobsbawm sobre o ensaio de Price, trata-se de uma dupla compreensão: é preciso que nós compreendamos os nossos mediadores, e que em seguida compreendamos a compreensão que lhes foi possível sobre os seus inquiridos, os seus nativos protegidos, os seus saramakas, os seus “outros” de vários tipos. Sobre seus próprios mediadores – os inquisidores do século XVI – Ginzburg tem algo a dizer:

“Foi a ânsia de verdade por parte do inquisidor (a sua verdade, claro) que permitiu que chegasse até nós essa documentação, extraordinariamente rica, embora profundamente deturpada pela pressão psicológica e física a que os acusados estavam sujeitos. Há, nas perguntas dos juízes, alusões mais que evidentes ao sabat das bruxas – que era, segundo os demonologistas, o verdadeiro cerne da feitiçaria: quando assim acontecia, os réus repetiam mais ou menos espontaneamente os estereótipos inquisitoriais então divulgados na Europa pela boca dos pregadores, teólogos, juristas, etc”³⁷.

³⁷ GINSBURG, Carlo. *Op. cit.*, p. 206.

Ginzburg expõe alguns problemas nesta interessante passagem. Fala-nos por exemplo da “contaminação”. Ainda que reconheça a ‘veracidade’ (ou a intenção de veracidade) dos seus mediadores – aspectos que já comentaremos – observa um limite a ser considerado pelo analista historiador. As perguntas por vezes, já comportam respostas, ou se abrem a certos padrões de respostas e não a outros. Um certo vocabulário que se utiliza na pergunta, já pode contaminar de alguma maneira a resposta; um certo imaginário pode passar daquele que indaga àquele que responde. Este aspecto é um limite, mas também é uma riqueza. O próprio inquisidor que indaga, talvez ele mesmo já tenha sido contaminado pelos demonologistas, teólogos e pregadores de sua época. Mesmo que não fosse, ainda assim o próprio réu pode já ter sentado no banco da inquisição com conhecimento de certas imagens que fazem parte do outro campo cultural. Quando se estabelece o espaço da não-comunicação, quando ele se vê incapaz de transmitir uma imagem ou sensibilidade que é só sua, e que não existe no sistema cultural ou vocabular dos seus inquisidores, tentará romper o espaço de não-comunicação – que de todo modo é extremamente perigoso para quem está sob a ameaça de tortura – e talvez tente encontrar junto aos seus inquiridores uma linguagem ou repertório de sensibilidades em comum, algo que percebeu no seu horizonte de expectativas ou, de modo diverso, algo que escutou no mundo externo, e que supõe ser compreensível ao inquisidor. No caso do réu, por vezes ele quer escapar dali, nem que seja para a fogueira. Seu desejo é restabelecer um espaço de comunicação. O silêncio é perigoso, e pode ser mesmo doloroso.

Não é apenas sob pressão que a contaminação ocorre. Quantas concessões culturais tiveram de ser feitas pelos astecas a quem o padre jesuíta Sahagún pretendeu dar alguma voz, quando percebiam que seu protetor não conseguia penetrar no seu mundo? As palavras também são mediadores, como as imagens. Quantas aproximações deverão ter experimentado para estabelecer uma ligação entre dois mundos tão distintos como o dos europeus e o dos astecas no século XVI. Alguns destes tateamentos para preencher um espaço de não-comunicação, com vistas a restabelecer a comunicação solidária entre o jesuíta e os nativos oprimidos, devem certamente ter ficado registrados nos depoimentos que hoje constituem a chamada documentação do “Informantes de Sahagún”. Quantas manobras discursivas, torcendo e retorcendo padrões de sensibilidade, não terão sido feitas pelos quilombolas saramakas aos missionários morávios que tentavam catequizá-los, mas que se mostravam tão ineptos para a função de mediação que neles deveria ser perseguida

como a principal virtude, se queriam mesmo trazer os saramakas para o seu mundo religioso. Como confiar diretamente no missionário morávio, tomando por base a correspondência que trocava com outro indivíduo de sua mesma espécie?

Para o seu universo dialógico, Ginzburg reconhece a ‘ânsia de verdade’ dos seus inquisidores. Existe outra passagem em seu artigo que é uma das mais brilhantes formas de descrever um dialogismo que também atinge o próprio historiador.

“O que os juízes da inquisição tentavam extorquir às suas vítimas não é, afinal, tão diferente daquilo que nós mesmos procuramos – diferentes sim eram os meios que usavam e os fins que tinham em vista. Quando eu estava a ler processos dos tribunais da Inquisição, muitas vezes dava por mim a espreitar por cima do ombro do inquisidor, seguindo os seus passos, na esperança que também ele teria, de que o réu confessasse as suas crenças – por sua conta e risco, claro. Esta contigüidade com a posição dos inquisidores não deixa de entrar em contradição com a minha identificação com os réus. Mas não gostaria de insistir neste ponto”³⁸.

Claro. Ginzburg também está dialogando com o politicamente correto de nosso ponto. Não fica bem espreitar por cima dos ombros do inquisidor para escutar a sofrida voz do réu, embora seja exatamente isto que o historiador acaba tendo de fazer. Mas, de todo modo, ao confessar a identificação com a ânsia de verdade do inquisidor, com o seu desejo de dar voz ao outro mesmo que para finalidades que o historiador reprovaria, é preciso também contrabalançar com a declaração de identificação com o réu. Não é possível aprovar nem os meios inquisitoriais nem os fins que se tinha em vista. Com esta frase, Carlo Ginzburg dialoga com os leitores de seus livros. Também é dialógica esta relação entre um autor e seus leitores. Mas, enfim, também não há muito que insistir sobre este ponto.

Deve-se atentar ainda, e registraremos como um sétimo item a ser considerado para a abordagem das fontes dialógicas, a identificação e análise dos ‘instrumentos e procedimentos de mediação’. A “tortura” em contexto como o da Inquisição ou das Ditaduras Militares, é um procedimento óbvio para os modelos de interrogatório violentos, e está relacionado à “assimetria entre as vozes”, da qual falaremos no próximo item. Mas há também inúmeros outros instrumentos de mediação ou intervenção que podem alterar o conteúdo ou o registro das vozes. Na documentação policial, como por exemplo nas “ocorrências”, deve-se considerar a intervenção

³⁸ *Idem*.

do escrivão que anota os depoimentos, mas que nesta operação já os altera eventualmente; e mesmo um certo padrão prévio de maneiras de redigir pode estar entre os elementos capazes de distorcer as vozes, menos ou mais levemente.

Uma recomendação final é recuperar a rede de poderes, e eventualmente de micro-poderes, que se integra ao dialogismo das fontes (item 8). Tal como nos mostra Carlo Ginzburg³⁹, o Inquisidor e seu Réu – embora se situem no plano do discurso como duas vozes de igual ressonância para o historiador – estão em situação de desigualdade, o mesmo ocorrendo com o antropólogo e os seus nativos ou outros informadores. Aqui aparecem situações que envolvem poderes reais e poderes simbólicos, mas que em todo o caso expõem uma assimetria entre as vozes examinadas. Há também uma assimetria entre os quilombolas saramakas e os missionários morávios estudados por Richard Price, embora seja difícil dizer quem está em posição mais confortável perante o outro. São assimetrias em que um poder não se impõe sobre a voz oprimida, tal como é o caso óbvio da Inquisição ou do poder simbólico que exerce o jesuíta Sahagún sobre os astecas já sobreviventes de uma sociedade destruída pelos espanhóis. Entre os saramakas e os missionários morávios temos poderes e micro-poderes que se confrontam. O primeiro grupo se esquiva do segundo; este, por sua vez, acredita ter exercido algum poder simbólico, quando na verdade apenas foi empurrado para o mundo da não-comunicação. Não há poder mais sutil que o de enganar o antropólogo ou o missionário.

Os modernos processos criminais e inquisitoriais são bastante similares tanto no dialogismo como no fato de serem fontes intensivas, particularmente atentas aos detalhes, ao que pode ser revelado subitamente através de um gesto, de um ato falho, daquilo que escapa pelas margens. Na seguinte passagem de “O Inquisidor como Antropólogo”, Carlo Ginzburg expressa este último aspecto, o da intensividade das fontes, com particular clareza:

“É verdadeiramente espantosa a riqueza etnográfica dos julgamentos do Friuli. As palavras, os gestos, o corar súbito do rosto, até os silêncios – tudo era registrado com meticolosa precisão pelos escrivães do Santo Ofício. De fato, para os inquisidores, sempre tão desconfiados, qualquer pequena pista poderia constituir um avanço considerável no sentido da verdade”⁴⁰.

³⁹ *Idem*, p. 208.

⁴⁰ *Idem*, p. 209.

O que a Fonte devolve ao Historiador

Desenvolverei, nesta seção final, uma reflexão mais livre sobre alguns elementos que as fontes históricas podem devolver aos historiadores em termos de um aprendizado relativo a novos modos de expressão. Minha hipótese é a de que, ao trabalhar com fontes de natureza diversa, no sentido de analisá-las, o historiador também se beneficia de um longo aprendizado relacionado à possibilidade de incorporar, também nos seus modos de escrita, a linguagem ou recursos presentes nas fontes que analisa. Assim, podemos nos indagar a respeito daquilo que se aprende com as ‘fontes dialógicas’ em termos de formas de expressão. De alguma maneira, o historiador que se torna hábil em decifrar as vozes internas de uma fonte dialógica, torna-se potencialmente apto a também desenvolver uma “escrita polifônica”. Vejamos, contudo, alguns outros exemplos. O historiador moderno precisa se mostrar não apenas apto a examinar novos materiais com seu olhar meticuloso, longo, interior e estético; ele precisa se mostrar igualmente apto para elaborar o seu texto de novas maneiras, e para isto pode se valer de alguns aprendizados importantes.

O primeiro aprendizado, certamente, é o da literatura. Acostumado à análise de fontes literárias as mais diversas, e nos últimos anos beneficiando-se de um diálogo interdisciplinar bastante forte com as Ciências da Comunicação e a Linguística, o historiador pode aprender a trazer para o seu próprio texto os recursos estéticos e literários das fontes que já está acostumado a analisar. Pergunto-me se a História não deveria ser mais audaciosamente literária, mais artística, ou mesmo mais experimental com relação a seus processos de escritura. Essa pergunta, já desde as últimas décadas, vem sendo feita por historiadores importantes, preocupados não apenas com o conteúdo como também com a forma e o estilo dos seus textos. Os micro-historiadores, por exemplo, são particularmente atentos aos modos de expor os seus textos. Têm surgido propostas e experiências importantes voltadas para a multiplicação de pontos de vista narrativos⁴¹. De igual maneira, experiências

⁴¹ “Seria completamente iconoclasta ver aí uma tentativa de narrar, a partir de três pontos de vista, em três registros, a partir de três sistemas de regras diferentes, uma mesma história, explodida entre suas narrativas e depois recomposta? O problema merece em todo o caso ser colocado”, in: REVEL, Jacques. “Microanálise e construção social” in *Jogos de Escalas – a experiência da microanálise*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.36. Para trazer um exemplo já realizado, Como

em torno dos modos de trabalhar o tempo na narrativa historiográfica também têm sido feitas, rompendo com a narrativa linear⁴². Setores da História da Historiografia, por outro lado, tem atentado para a questão da discursividade da História e para a análise dos padrões narrativos dos historiadores.

Pessoalmente, creio que estes aspectos são particularmente importantes, e penso que se o historiador não ocupar a dimensão literária que a história lhe oferece, outros profissionais estarão aproveitando estes espaços a custas da ausência de historiadores. Mas para que o historiador se torne também um literato – capaz de trazer mais criatividade e poder de sedução para o seu estilo historiográfico – arriscaria de dizer que precisaríamos pensar na possibilidade de incluir nos currículos de Graduação em História disciplinas voltadas para a Escrita da História – não para a “Escrita da História”, mas para a “Escrita da História” mesmo, para os aspectos relacionados à construção do texto, para a inventividade formal, para aquilo que contribuiria com a afirmação da História não apenas como uma Ciência, mas também como uma Arte.

Frequentemente, podemos extrair dos historiadores ligados à Micro-História alguns exemplos importantes de como as fontes históricas podem devolver algo ao historiador relativamente à maneira de se construir o texto final que será oferecido ao leitor. A preocupação dos micro-historiadores em evitar generalizações simplificadoras os leva habitualmente a novos modos de estruturação do texto,

exemplo deste tipo de experiência, Peter Burke cita uma obra de Richard Price, na qual o autor constrói um estudo do Suriname setecentista a partir de quatro vezes que são simbolizadas por quatro padrões tipográficos, o que constitui também uma novidade em termos de utilização da visualidade da escrita, in: PRICE, Richard. *Op. cit.*

⁴² Vale destacar que toda “representação do tempo” é subjetiva, socialmente localizada, e que a própria representação do “tempo histórico” é ela mesma histórica (REIS, José Carlos. “Os *Annales*: a renovação teórico-metodológica e ‘utópica’ da história pela reconstrução do tempo histórico”. In: SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei, SANFELICE, José Luís (orgs). *História e História da Educação – o debate teórico-metodológico atual*. Campinas: Autores Associados, 1998, p.20. / Sobre experiências recentes na historiografia voltadas para novos modos de tratamento da temporalidade, ver o excelente panorama elaborado por Peter Burke sobre algumas possibilidades. BURKE, Peter. “A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa”. In: *A escrita da história – novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p.327-348. Entre estas, ver a narrativa desenvolvida por Norman Davies em *Heart of Europe*. Nesta obra, o autor focaliza uma História da Polônia encadeada da frente para trás em capítulos que começam no período posterior à Segunda Guerra Mundial e recuam até chegar ao período situado entre 1795 e 1918, in: DAVIES, N. *Heart of Europe: a Short History of Poland*. Oxford, 1984.

que nem sempre coincidem com os que têm sido empregados pela historiografia tradicional. Com relação a isto, não é raro que os micro-historiadores experimentem efetivamente novos modos de exposição textual. A Micro-História tende a trabalhar com a idéia de que expor o texto de uma determinada maneira é favorecer uma certa maneira de ver, e por isto alguns dos principais expoentes deste novo modo de abordar a História costumam dar tanta importância aos aspectos mais propriamente literários de suas narrativas ou sínteses históricas. Se suas fontes são inquéritos judiciais, ver-se-ão tentados a experimentar o modelo do inquérito na própria elaboração de seu trabalho final: deixarão que o leitor vivencie simultaneamente a experiência de inquisidor e inquirido, de investigador criminal e réu suspeito, por que isto favorecerá a percepção do dialogismo contido nas suas fontes, do entrecchoque das muitas versões contrapostas e da possibilidade de tirar partido precisamente destas contradições. Se sua investigação examina as vozes dos vários atores sociais que estão intervindo em uma determinada configuração histórica a ser examinada, talvez explorem a possibilidade de escrever um texto polifônico, no qual o ponto de vista vai se deslocando ao invés de ser apresentado como um ponto de vista unificado por um narrador exterior que seria o historiador. Se estão trabalhando com um certo regime de Imaginário, não hesitarão em explorar as próprias imagens que aparecem neste regime como núcleos motivadores para seus capítulos. Natalie Davis, autora da polêmica obra *O retorno de Martin Guerre* (1987), não se sentiu constrangida em dar um tom novelesco à sua narrativa sobre um pequeno mas curioso acontecimento que abalara uma pequena aldeia italiana do século XVI. Em *Indagações sobre Piero*, Carlo Ginzburg adota propositalmente a forma do inquérito policial⁴³. As experiências estão abertas.

Assim, pode-se dizer que existe uma tendência em alguns micro-historiadores a incorporar ao seu modo de enunciar – ou de registrar em texto o conhecimento histórico produzido – as idiossincrasias ou mesmo as limitações da documentação com a qual trabalha, e também os procedimentos da pesquisa propriamente dita, e até mesmo as suas hesitações e tateamentos (que a macro-história tradicional costuma afastar da vista do leitor, como se empurrasse uma poeira incômoda, que não pôde ser varrida, para debaixo do tapete). Dito de outra forma,

⁴³ GINSBURG, Carlo. *Indagações sobre Piero: o Batismo – o Ciclo de Arezzo – a Flagelação*. Trad. Luiz Carlos Cappellano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

o micro-historiador traz a nu tanto as contradições e imprecisões de suas fontes, como as limitações de sua prática interpretativa, não se preocupando em ocultar as técnicas de persuasão que está utilizando e até mesmo declarando os pontos em que se está valendo de raciocínios conjecturais. Ele deixa claro, poderíamos dizer, o que há de construtivo nas suas construções interpretativas (enquanto isto, o modo de narrar da macro-história tradicional tende a apresentar as suas interpretações sob a forma de uma verdade que é enunciada objetivamente e de fora, ou pelo menos esta tem sido uma crítica muito presente entre os micro-historiadores ao modelo tradicional).

Estas experiências ao nível de construção final do texto micro-historiográfico não constituem uma regra, repetimos, mas apenas uma tendência. Uma vez que a Micro-História trabalha muito com as contradições dos atores sociais a serem investigados, com os discursos subjetivos, falseados e dialógicos, trazer estas subjetividades, estes falseamentos, este dialogismo para a superfície do texto final do historiador é uma possibilidade muito rica. Por isto, a Micro-História tem fornecido exemplos importantes de novas experiências historiográficas para a construção de textos, e estas experiências não cessaram de serem inspiradas pelas próprias fontes com as quais trabalham os historiadores.

De igual maneira, acredito que seja interessante refletir sobre as potencialidades da História relativamente aos tipos de suporte que estariam à disposição dos historiadores no futuro. Uma vez que o historiador já se tem familiarizado com fontes ligadas a outros suportes que não o textual, não será possível incorporar esta linguagem que a ele se torna familiar na própria elaboração de seu produto historiográfico? Será o formato livro o único destino de um bom trabalho historiográfico? Não será possível trazer novos suportes para a História, para além do “escrito”, como a *Visualidade* – incluindo a Fotografia e o Cinema – a *Materialidade*, convocando uma maior parceria entre historiadores, museólogos, arquitetos, ou como a *Virtualidade*, chamando mais intensamente à História os recursos da Informática? Assistiremos nas próximas décadas à possibilidade de teses de História apresentadas em formato de Vídeo ou DVD, ao invés do tradicional formato-livro?

Com base nestas expectativas, imagino a possibilidade de surgimento ou fortalecimento de novas modalidades historiográficas que seriam definidas por novos tipos de suporte. Três propostas para o novo milênio, para além da História Escrita, seriam a História Visual, a História Material e a História Virtual.

Quando me refiro a uma História Visual, não estou pensando em uma História da Visualidade – que trabalhe com fontes históricas ligadas à visualidade – já que este campo, tal como já mencionamos na primeira parte desta conferência, já começou a ser bem percorrido pelos historiadores nas últimas décadas, e deste modo não seria mais uma novidade. Estou me referindo mesmo a uma História Visual, ou Áudio-Visual, que apresente a visualidade e possivelmente inclua a sonorização e a Música como suportes mesmo, como meio principal para a transmissão dos resultados de uma pesquisa histórica e como recursos para a produção do próprio discurso do historiador. Certamente que, para tal fim, também seriam necessários enriquecimentos no currículo das graduações de História, e o historiador poderia pensar em adquirir conhecimentos mais sólidos de fotografia, e cinema, ou mesmo música, para o caso da incorporação da sonoridade.

Um outro aprendizado pode ser extraído das fontes relacionadas ao Cinema, de que o historiador tem até então se valido como objeto e como fonte histórica. Completar a relação Cinema-História no sentido de que o historiador também se aproprie do Cinema como um “meio” pode vir a se constituir em mais um passo na expansão de possibilidades historiográficas. É evidente, por um lado, que os cineastas já se apropriaram com grande eficiência da História, e já contam nas suas equipes técnicas com historiadores quando estão empenhados em produzir filmes históricos, ou mesmo filmes de ficção que se projetem de alguma maneira no passado. Mas não estaria aberta, neste novo milênio, a possibilidade para que não apenas os Cineastas se apropriem da História, como também os Historiadores se apropriem do Cinema? Não poderiam os Historiadores tomar a si o caráter diretivo de grandes trabalhos historiográficos que tragam como suporte o Cinema, e neste caso não seria o caso de trazer o Cineasta para a equipe técnica do historiador, e não o contrário?

O mesmo pode ser pensado com relação a outros recursos de visualidade, como a Fotografia. Imagino, por exemplo, neste mundo no qual o meio ambiente sofre aceleradas transformações, a interconexão possível entre História Visual e História Ambiental. Não deveria o Historiador – trabalhando também em um registro para a produção da Memória – comandar a produção sistemática de fotografias do meio ambiente, já escrevendo através da visualidade a sua própria leitura histórica do meio ambiente nas suas mudanças através do tempo, mas também disponibilizando fontes visuais importantes para gerações futuras de historiadores?

Uma empresa similar, já relacionada a um possível campo que poderia ser denominado História Material, corresponderia ao tipo de História que o historiador poderia elaborar, mais frequentemente do que já ocorre, em parceria com museólogos – organizando exposições fixas ou temporárias que materializassem a discursividade histórica através da cultura material. Ao invés de uma narrativa ou análise textual, também a visualidade e a materialidade poderiam vir a se tornar elementos chave para o discurso crítico e analítico do historiador. De igual maneira, a parceria com arquitetos poderia confluir para a produção historiográfica de maquetes de cidades projetadas em certos períodos do passado, ou mesmo, para retomar a conexão com a história ambiental ecológica, poderia se pensar também o registro material de ambientes não-urbanos.

As fontes virtuais apenas mais recentemente começam a ser utilizadas pelos historiadores, e ainda são tímidos os seus passos neste sentido. Contudo, um desdobramento lógico da familiarização com fontes virtuais é o aprendizado que futuramente poderá levar o historiador a se utilizar da virtualidade como meio para a produção de seu próprio discurso. Assim, um último Campo Histórico que se abre como possibilidade historiográfica para o futuro, relativamente aos processos de escritura da História, seria o da História Virtual. Entendo aqui que haveria um conjunto muito rico de alternativas para essa modalidade de História que poderia ser definida pelo seu recurso mais direto à informática e aos meios virtuais, não como ferramenta auxiliar, mas como ambiente e meio para a própria escritura da História. Estava imaginando, para dar um exemplo, uma possibilidade que poderia ser tomada a cargo por historiadores. Trata-se de um Projeto que poderia se encaixar dentro de uma espécie de História Virtual Multi-Autoral.

Conhecemos, nos dias de hoje, a chamada *Wikipédia* – que basicamente é um conjunto de textos construídos a muitas mãos (ou muitas teclas), sem autoria e submetidos a permanentes alterações que podem ser implementadas por qualquer participante da rede mundial de computadores. No que tange ao conhecimento histórico, a *Wikipédia* apresenta textos bem confiáveis, mas também um número ainda maior de textos que não tem utilidade historiográfica porque nem sempre foram produzidos por historiadores profissionais ou confiáveis, e tampouco dentro dos critérios aceitos pela historiografia profissional. Minha idéia é que poderia ser construída uma Enciclopédia Historiográfica Virtual a que só tivessem acesso, como autores, os historiadores que comprovassem sua formação ou co-

nhecimento historiográfico. Inseridos no sistema, uma multidão de historiadores poderia trabalhar a elaboração espontânea de grandes textos virtuais, multi-autorais, sobre os diversos temas pertinentes à historiografia dos vários períodos. Todos os textos desta Enciclopédia Virtual Multi-Autoral – à qual teriam acesso todos os frequentadores da Internet – seriam certamente confiáveis face a suas condições de produção estritamente historiográficas, e poderiam ser checados regularmente por equipes específicas de historiadores para verificar a precisão de suas informações e a validade de suas análises. Essa idéia, não sei se já foi tentada, mas se não foi, apresento como uma sugestão para os que puderem realizá-la. Estaríamos diante das possibilidades de criação de um Projeto que abriria caminho no interior de uma nova modalidade historiográfica, que estaria relacionada com a História Virtual, e que através da sua realização estaria questionando a obrigatoriedade da fixidez textual e da autoria única como aspectos necessários da Escritura da História. Neste caso, a própria multivocalidade de uma escrita polifônica, à qual nos referíamos atrás, poderia ser trazida através dos recursos visuais para a questão da autoria historiográfica, e teríamos de fato um texto construído a muitas mãos e incluído de inúmeras vozes, concretizando a possibilidade de uma verdadeira “polifonia historiográfica”.

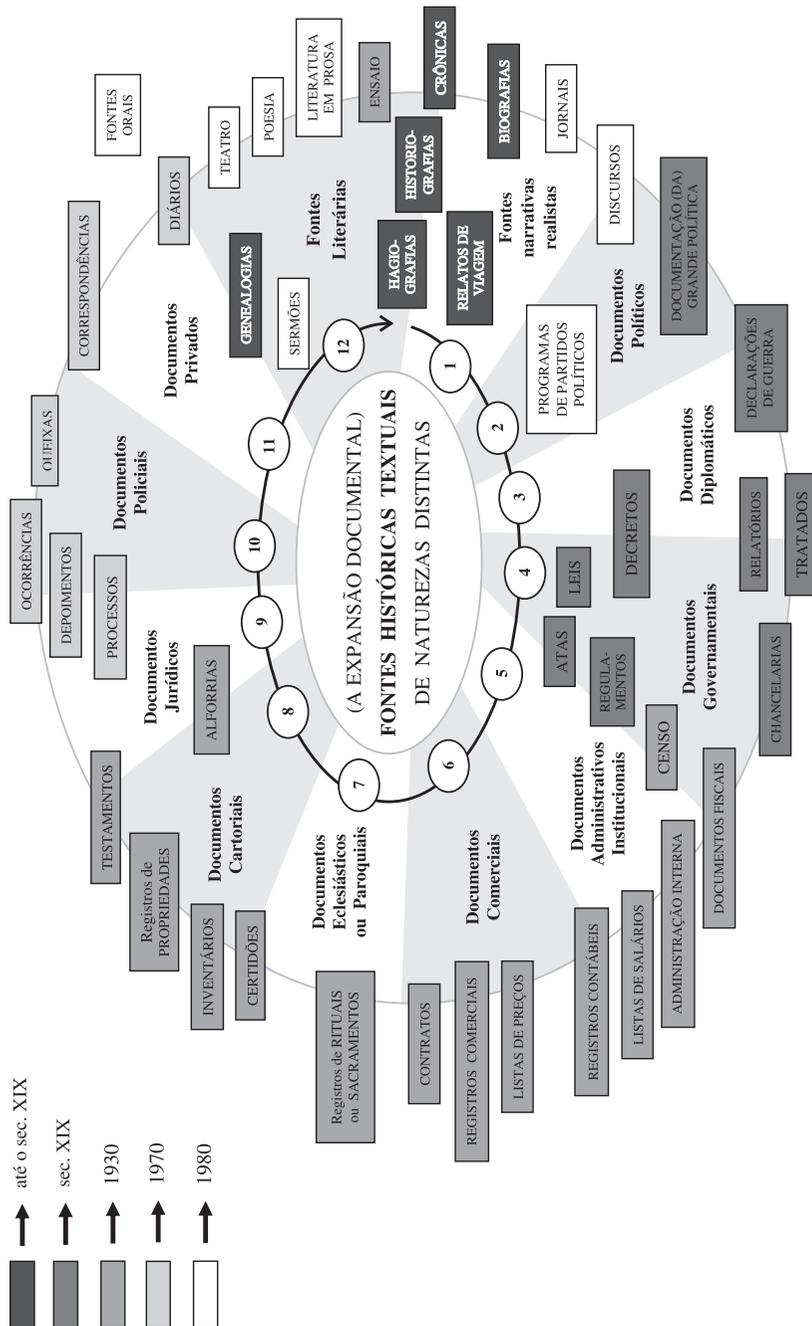
De fato, este empreendimento estaria permitindo algo novo no que se refere a duas características que foram apresentadas pela História até hoje, pelo menos o tipo de História que se escreveu na história da civilização ocidental, sempre foram a “autoria única” (um autor singular e específico que escreve o texto) e a “fixidez textual” – ou seja, o fato de que aquilo que foi escrito fica imobilizado para ser lido sempre da mesma maneira. Mas será necessário que sempre e em todos os momentos seja assim? Outro recurso interessante proporcionado pela virtualidade, e que pode ser aproveitado para uma escrita histórica futura, é a possibilidade de criar links – entradas para um labirinto que pode ser percorrido pelo leitor, ele mesmo tornando-se, desta maneira, uma espécie de co-autor que produz a sua própria leitura criativa da obra historiográfica que lhe foi apresentada como caminho.

Há ainda possibilidades outras, como o aproveitamento da estrutura de “chat” para a criação de textos dialógicos, que depois poderiam ser transformados em livros (livros tradicionais ou livros digitais). Os progressos em termos de simulação holográfica ou de projeção do usuário no interior de um ambiente virtual, à maneira

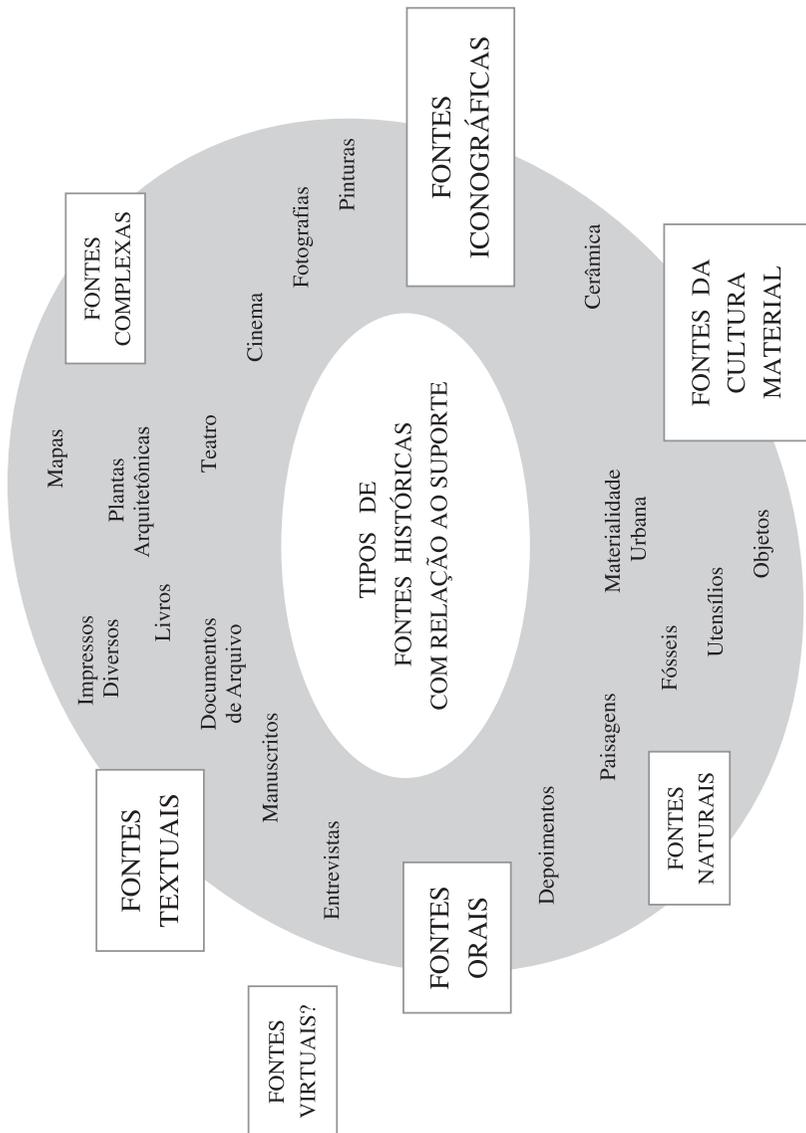
das possibilidades que foram bem ilustradas pelo filme *Matrix* e tantos outros, pode também proporcionar um campo inesgotável de criação para os futuros historiadores. O ambiente interativo proporcionado pelo computador, enfim, certamente ainda reserva muitas surpresas para a Escrita da História, sem contar as possibilidades que já vão sendo bem exploradas de utilização da informática e do computador como instrumentos auxiliares importantes para a feitura da História.

História Visual, História Material, História Virtual ... estas são apenas idéias – talvez exercícios iniciais de uma imaginação historiográfica projetada para o futuro e no futuro. Minha intenção foi apenas a de imaginar, diante da permanente reconfiguração dos campos históricos nos tempos recentes, que também as fontes históricas têm muito a devolver aos historiadores no que se refere a uma reformulação de sua própria linguagem. Que novas modalidades historiográficas ainda estão por ser geradas e desenvolvidas pelos historiadores de agora e do futuro? Agradeço-lhes a oportunidade de, através desta Conferência em um evento tão significativo, me inserir de alguma maneira neste debate que poderá pôr a pensar e repensar o trabalho dos historiadores

Quadro 1. Alguns momentos no processo de Ampliação das Fontes Historiográficas.



Quadro 2. Exemplos de Tipos de Fonte Histórica com relação ao suporte.



Quadro 3. Sugestão de um Roteiro para Análise de Fontes Dialogicas.

